



MUNICÍPIO DE GUATAMBU
ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROJETO DE LEI Nº __/2020
DO
CÓDIGO DE OBRAS**



SUMÁRIO

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES (Art. 1º e Art. 2º)

TÍTULO II

DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS (Art. 3º ao Art. 6º)

CAPÍTULO II

DA MATRÍCULA DOS PROFISSIONAIS (Art. 7º ao Art. 12)

CAPÍTULO III

DA CONSULTA, PROJETO E LICENÇA

Seção I

Da Consulta Prévia (Art. 13 e Art. 14)

Seção II

Do Projeto (Art. 15 ao Art. 19)

Seção III

Da Licença (Art. 20 ao Art. 22)

Seção IV

Da modificação do Projeto Aprovado (Art. 23)

Seção V

Da Validade do Projeto e da Licença (Art. 24 e Art. 25)

Seção VI

Da Isenção do Projeto e da Licença (Art. 26)

CAPÍTULO IV

DO HABITE-SE (Art. 27 e Art. 31)

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES (Art. 32 ao Art.42)

TÍTULO III

DA EXECUÇÃO DE OBRAS

CAPÍTULO I

DAS PROVIDÊNCIAS GERAIS (Art. 43 ao Art.46)

CAPÍTULO II

DO CANTEIRO DE OBRAS (Art. 47)

CAPÍTULO III

DOS TAPUMES (Art. 48 e Art.49)

CAPÍTULO IV

DOS ANDAIMES (Art. 50)

CAPÍTULO V

DAS OBRAS PARALISADAS (Art. 51 e Art.52)

TÍTULO IV

DAS NORMAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO

Seção I

Dos Materiais de Construção (Art. 53 e Art. 54)

Seção II

Das Escavações, Movimentos de Terra, Arrimo e Drenagens (Art. 55)

Seção III

Das Fundações (Art. 56)

Seção IV

Das Estruturas (Art. 57 e Art. 58)

Seção V

Dos Pavimentos (Art. 59)

Seção VI

Das Paredes (Art. 60)

Seção VII

Dos Pisos e Entrepisos (Art. 61 e Art. 62)



Seção VIII

Da Cobertura (Art. 63 e Art. 64)

Seção IX

Do Reservatório de Água (Art. 65 ao Art. 68)

Seção X

Das Portas (Art. 69)

Seção XI

Das Circulações em um mesmo Nível (Art. 70 e Art. 71)

Seção XII

Das Circulações em Níveis Diferentes

Subseção I

Das Escadas (Art. 72 ao Art. 75)

Subseção II

Das Rampas (Art. 76 ao Art. 79)

Subseção III

Da Escada Rolante (Art. 80)

Subseção IV

Dos Elevadores (Art. 81 e Art. 82)

Seção XIII

Das Instalações (Art. 83 e Art. 84)

Subseção I

Da Distribuição de energia Elétrica (Art. 85)

Subseção II

Da Distribuição Hidráulica (Art. 86)

Subseção III

Da Coleta de Esgotos Sanitários e Águas Pluviais (Art. 87 ao Art. 91)

Subseção IV

Da Rede Telefônica (Art. 92 e Art. 93)

Subseção V

Da Distribuição de Gás (Art. 94)

Subseção VI

Dos Para-Raios (Art. 95 e Art. 96)

Subseção VII

Da Instalação contra Incêndio (Art. 97 e Art. 98)

Subseção VIII

Das Antenas de Televisão (Art. 99)

Subseção IX

Dos Aparelhos de Transportes (Art. 100 ao Art. 103)

Subseção X

Da Coleta e Eliminação de Lixo (Art. 104)

Subseção XI

Da Exaustão e Condicionamento de Ar (Art. 105)

Subseção XII

Dos Aparelhos de Projeção Cinematográfica (Art. 106)

Subseção XIII

Dos Aparelhos de Recreação (Art. 107 e Art. 108)

Subseção XIV

Da Caixa de Coleta de Cartas (Art. 109)

Subseção XV

Da Ventilação e Iluminação das Edificações (Art. 110 ao Art. 115)

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I

Das Fachadas (Art. 116 e Art. 117)

Seção II

Das Marquises (Art. 118 e Art. 119)

Seção III

Das Vitrinas, Mostruários e Toldos (Art. 120 ao Art. 122)

Seção IV

Dos Anúncios e Letreiros (Art. 123)



Seção V

Das Sacadas e Corpos Avançados (Art. 124)

Seção VI

Do Meio Fio e Passeios (Art. 125 e Art. 126)

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES RELATIVAS AOS COMPARTIMENTOS

Seção I

Dos Compartimentos (Art. 127 ao Art. 136)

Seção II

Das Dimensões Mínimas dos Compartimentos das Edificações (Art. 137)

Seção III

Do Vão de Iluminação e Ventilação (Art. 138 ao Art. 141)

TÍTULO V

DAS CARACTERÍSTICAS DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS GENERALIDADES (Art. 142 ao Art. 144)

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS (Art. 145)

Seção I

Da Edificação Unirresidencial (Art. 146)

Seção II

Das Edificações Multi Residenciais (Art. 147 ao Art. 152)

Seção III

Dos Agrupamentos Residenciais (Art. 153 ao Art. 155)

Seção IV

Das Edificações em Madeira (Art. 156)

Seção V

Das Edificações de Habitações Populares (Art. 157)

CAPÍTULO III

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (Art. 158 ao Art. 166)

CAPÍTULO IV

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO USO INDUSTRIAL (Art. 167 ao Art. 170)

CAPÍTULO V

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS (Art. 171 ao Art. 174)

CAPÍTULO VI

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS À GUARDA E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS (Art. 175 ao Art. 177)

CAPÍTULO VII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES (Art. 178)

CAPÍTULO VIII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO USO EDUCACIONAL (Art. 179 ao Art. 185)

CAPÍTULO IX

DAS EDIFICAÇÕES DE USO ASSISTENCIAL (Art. 186)

CAPÍTULO X

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A LOCAIS DE REUNIÃO

Seção I

Das Condições Gerais (Art. 187 ao Art. 189)

Subseção I

Dos Auditórios e Salas de Convenções (Art. 190 ao Art. 195)

Subseção II

Dos Cinemas (Art. 196 e Art. 197)

Subseção III

Dos Circos (Art. 198 ao Art. 202)

Subseção IV

Dos Parques de Diversão (Art. 203 e Art. 204)

Subseção V

Dos Estádios (Art. 205 ao Art. 207)



Subseção VI

Do Ginásio de Esportes (Art. 208 e Art. 209)

Subseção VII

Das Piscinas (Art. 210)

Subseção VIII

Dos Salões de Exposições (Art. 211)

Subseção IX

Dos Teatros (Art. 212 e Art. 213)

Subseção X

Dos Templos (Art. 214)

CAPÍTULO XI

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A ARMAZÉNS E DEPÓSITOS (Art. 215 ao Art. 218)

CAPÍTULO XII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A SEDE DE ASSOCIAÇÕES RECREATIVA, DESPORTIVA,
CULTURAL E CONGÊNERES (Art. 219)

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 220 ao Art. 222)

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 223 ao Art. 226)



LEI COMPLEMENTAR Nº ___/2020, de ___ de _____ de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre as normas que regulam as edificações no Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, e estabelece as disposições gerais que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras, atividades, execução, manutenção e conservação de obras no Município, obedecidas as prescrições legais federais e estaduais pertinentes.

Art. 2º Para os efeitos do presente Código serão adotadas as definições do Dicionário Técnico de edificações.

TÍTULO II DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I DOS REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS

Art. 3º Este Código estabelece especificamente normas de projeto de construção em geral do Município de Guatambu.

Art. 4º Todas as obras de construção, acréscimo, modificação, reforma ou demolição a serem executadas no Município de Guatambu, serão precedidas dos seguintes atos administrativos:

- I - aprovação de projeto;
- II - licenciamento da obra.

Art. 5º Só serão aprovadas edificações que estejam de acordo com as demais legislações municipais que tratam da matéria.

Art. 6º Para elaboração e apresentação de projetos de construção e execução de obras públicas e particulares, os profissionais, firmas ou empresas devidamente habilitadas, deverão ser registradas na Prefeitura.

Parágrafo único. É considerado habilitado aquele profissional que satisfaça as condições e requisitos contidos na legislação profissional vigente e que preencha o



requerimento padrão fornecido pelo Setor de Engenharia do Município, conforme Anexo deste documento.

CAPÍTULO II DA MATRÍCULA DOS PROFISSIONAIS

Art. 7º São condições necessárias e suficientes para a matrícula:

- I - requerimento do interessado;
- II - apresentação da carteira profissional, expedida ou visada pelo CREA/SC e ou CAU/SC;
- III - pagamento dos tributos incidentes sobre a atividade profissional do respectivo exercício financeiro.

Art. 8º Será admitida a substituição da responsabilidade de um profissional ou empresa por outro, mediante requerimento à Prefeitura e vinculação de responsabilidade do substituto.

Art. 9º Poderá ainda ser concedida exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto e/ou execução desde que o requeira, fundamentado em alterações feitas ao projeto à sua revelia ou contra a sua vontade.

Art. 10. Será suspensa a matrícula dos que deixarem de pagar os tributos incidentes sobre a atividade profissional no respectivo exercício financeiro.

Art. 11. A responsabilidade pela execução dos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que tiverem assinado como seus responsáveis não assumindo a Prefeitura em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade.

Art. 12. As penalidades impostas aos profissionais de engenharia e arquitetura pelo CREA/CAU serão observadas pela Prefeitura no que lhe couber.

CAPÍTULO III DA CONSULTA, PROJETO E LICENÇA

Seção I Da Consulta Prévia

Art. 13. Precedendo a elaboração do projeto de edificação ou serviço deverá ser formulada a consulta por requerimento padrão, em formulário próprio, a Prefeitura Municipal de Guatambu.

Parágrafo único. A consulta terá validade pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 14. A consulta também deve ser prévia, por meio de requerimento padrão e exigida nos casos de modificação e alteração da edificação.



Seção II Do Projeto

Art. 15. Para aprovação do projeto o interessado deverá obedecer a norma NBR 8 e apresentar a prefeitura, os seguintes documentos, conforme modelos em anexo:

- I - requerimento;
- II - consulta prévia, devidamente aprovada conforme artigo 13 da presente lei;
- III - memorial descritivo do projeto;
- IV - matrícula atualizada do imóvel;
- V - projeto arquitetônico em escala adequada, contendo:
 - a) Planta de localização;
 - b) Planta de situação;
 - c) Planta de cobertura
 - d) Planta baixa da edificação cotada, de cada pavimento e de todas as dependências, inclusive subsolos, pilotis e sobre lojas;
 - e) Um corte longitudinal e outro transversal da edificação e das dependências, devidamente cotadas.
 - f) Uma elevação ou fachada em escala adequada para cada via pública limreira a edificação;
 - g) Detalhe se for o caso, em escala conveniente;
 - h) Quadro de áreas e índices urbanísticos.
- VI - Projetos complementares contendo:
 - a) Projeto hidro sanitário contendo: planta baixa das instalações, esquemas isométricos ou vistas das paredes hidráulicas, detalhamento do sistema de tratamento do efluente adotado e memorial de cálculo, e ART do fabricante quando o mesmo for pré-fabricado;
 - b) Projeto elétrico/telefônico contendo: planta das instalações de todos os pavimentos, corte apresentando o esquema vertical (quando necessário), diagrama unifilar e quadro de cargas.
 - c) Atestado de aprovação do projeto de prevenção contra incêndio, de acordo com as Normas do Corpo de Bombeiros.
- VII - Guia de anotação de responsabilidade técnica – ART/RRT de projeto e execução.
- VIII - termo de responsabilidade de que o projeto não se encontra em área de preservação permanente, com reconhecimento da assinatura em cartório.

§ 1º Todos os elementos citados neste artigo serão assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico.

§ 2º A escala não dispensará a indicação das cotas, prevalecendo, em caso de divergência as cotas sobre as medidas indicadas em escala.

§ 3º A planta de localização (locação) deverá conter as seguintes indicações:

- I - Norte Geográfico;
- II - Locação da edificação a ser construída e demais construções existentes no lote;
- III - Distância até todas as divisas;



- IV - Locação do sistema de tratamento de esgoto, com distâncias mínimas de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de distância;
- V - Identificar lote, quadra, rua, rios, ou outros que fazem divisa com o lote;
- VI - Indicação de níveis da rua, do passeio, lote e edificação;
- VII - Representar o passeio público conforme padrão do município.

§ 4º A planta de situação deverá conter as seguintes indicações:

- I - Dimensões, área, número de lote e da quadra;
- II - Denominação das ruas que limitam a quadra;
- III - Orientação;
- IV - Lotes confrontantes;
- V - Norte geográfico;
- VI - Indicação dos lotes, ruas, rios, ou outros que fizerem divisa com o lote;
- VII - Indicações das dimensões dos lotes;
- VIII - Indicação de área de APP.

§ 5º Nos projetos de acréscimo, modificações e reformas, deverão ser apresentadas desenhos com a seguinte convenção:

- I - Parte existente - traço fino - azul ou preto.
- II - Parte a construir - traço convencional, cheio e forte - vermelho;
- III - Parte a demolir ou retirar - traço e ponto fino amarelo.

Observação: Só serão aceitas marcações de outra forma se o desenho for acompanhado de legenda.

§ 6º Todas as convenções utilizadas deverão ser claras e bem definidas de modo a promoverem sua real intenção.

§ 7º Os projetos de que trata esse artigo deverão ser encaminhados em 01 (uma) via para análise e, após pré-aprovado, mais 03 (três) vias, das quais uma depois de aprovada ficará arquivada na Prefeitura Municipal.

§ 8º As construções em madeira ou alvenaria para fins residenciais com até 70 m² (setenta metros quadrados), poderão obedecer a um projeto padrão fornecido pela Prefeitura Municipal ficando assim isento das disposições que trata o artigo 15.

§ 9º Os projetos deverão obedecer às normas da ABNT quanto à apresentação dos desenhos, que seja em tipo de papel ou dimensões, ficando vedada a utilização de qualquer escrita à mão livre.

Art. 16. Se o projeto submetido à aprovação apresentar qualquer dúvida, o interessado será notificado para prestar esclarecimentos.

~~**Art. 17.** Poderá o projeto conter rasuras ou emendas, desde que ressaltadas com tinta vermelha, rubricadas pelo responsável técnico e não prejudiciais ao bom entendimento de todos os elementos que o compõe.~~ **EXCLUIR**

Art. 18. O projeto será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Art. 19. A Prefeitura terá prazo para análise de 20 (vinte) dias para o exame de aprovação do projeto e de mais 20 (vinte) dias no caso de reanálise.



Parágrafo único. Após a terceira análise será cobrado o valor de 20 UFRM.

Seção III Da Licença

Art. 20. Para obtenção do alvará de construção o interessado apresentará à Prefeitura:

- I - Requerimento;
- II - Projeto aprovado;
- III - Título de propriedade do Imóvel;
- IV - Guia de Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica pela execução, ficando dispensados dessa ART/RRT os casos previstos pelo CREA/CAU.

Parágrafo único. A Prefeitura deverá despachar os requerimentos de licença no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 21. Despachado o requerimento, será expedida guia para pagamento dos tributos devidos, após o que será expedido o respectivo alvará.

Art. 22. Fica vedado o início da execução de qualquer edificação, sem o alvará de construção da Prefeitura Municipal de Guatambu.

Seção IV Da Modificação de Projeto Aprovado

Art. 23. As alterações de projeto efetuadas após o licenciamento da obra devem ter sua aprovação requerida previamente.

Seção V Da Validade do Projeto e da Licença

Art. 24. A aprovação do projeto valerá pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data do respectivo despacho.

§ 1º A requerimento do interessado será concedida revalidação do projeto por igual período.

§ 2º Considerar-se-á como obra iniciada quando já estiverem concluídas sua infraestrutura.

Art. 25. O licenciamento para início da construção será válido pelo prazo de 09 (nove) meses.

Parágrafo único. Após a caducidade da licença, se o interessado quiser iniciar as obras deverá requerer novo licenciamento, desde que ainda válido o projeto aprovado.

Seção VI Da Isenção do Projeto e da Licença



Art. 26. Fica dispensada a apresentação de projeto de edificação, à apreciação da Prefeitura Municipal de Guatambu, na execução:

- I - Da recuperação e restauração de imóveis territoriais e prediais, cuja operação implique na simples remoção, reposição e substituição de materiais, sem contudo, alterar de qualquer forma parcial ou totalmente, a estrutura física do imóvel;
- II - Da construção de cercamento de áreas, desde que não exijam estruturas especiais de suporte;
- III - Da estrutura, pavimentação e recuperação do passeio público;
- IV - Da pavimentação interna do terreno ou outros paisagismos meramente ornamentais, desde que mantendo a área de infiltração das águas pluviais.

Parágrafo único. A dispensa do projeto, não exime o interessado da sujeição ao poder de polícia municipal.

CAPÍTULO IV DO HABITE-SE

Art. 27. Concluída a construção, a edificação só poderá ser utilizada depois de concedido o "habite-se", que só será definido, após comprovada a execução das obras de acordo com o projeto aprovado.

Parágrafo único. O habite-se deverá ser retirado dentro do prazo máximo de 01 (um) ano, após a conclusão da obra.

Art. 28. O habite-se será concedido mediante o cumprimento das seguintes exigências:

- I - Apresentação de requerimento prévio por escrito assinado pelos proprietários e responsável técnico.
- II - Apresentação da liberação para uso concedido pelos demais órgãos específicos atuado na aprovação do projeto;
- III - Apresentação de laudo liberatório expedido pela empresa que executou a instalação do elevador quando for o caso.

Art. 29. Cumpridas todas as exigências pelo responsável da edificação, a Prefeitura Municipal de Guatambu executará a vistoria para constatar a plena e efetiva execução de conformidade com o projeto aprovado e licenciado.

Art. 30. ~~Poderá ser concedido o "habite-se" parcial, nos seguintes casos:~~

- I - Quando se tratar de prédio constituído de unidades autônomas, podendo o "habite-se" ser concedido por unidade;
- II - Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e residencial e houver utilização independente destas partes;
- III - Quando se tratar de prédios construídos no interior do mesmo lote, porém, independentes.

Art. 31. A Prefeitura Municipal de Guatambu reserva-se o direito de negar licenciamento de uso às edificações executadas em desacordo com o projeto



originalmente aprovado e quando não submetido à sua apreciação, sem que isso caracterize ou caiba direito de indenização ou reclamação por parte de quem quer que seja.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 32. Verificando-se infração a esse código, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que no prazo de 20 (vinte) dias regularize a situação.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, serão aplicadas as penas previstas na Tabela I, que fica fazendo parte integrante da presente lei, conforme o caso, ao proprietário ou ao responsável técnico pela execução.

TABELA 1- PENALIDADES

ITEM	INFRAÇÃO	INFRATOR	PENA(UFRM)
1	Falseamento de cotas, medidas e demais indicações do projeto	Responsável técnico pelo projeto	Multa de 50
2	Viciamento do projeto aprovado introduzindo-lhe alterações de qualquer espécie	Proprietário e responsável técnico pela execução	Multa de 200 e embargo
3	Início da obra sem licença	Proprietário	Multa de 1.000 e embargo
4	Início da obra sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento	Responsável técnico pelo projeto	Multa de 300 e embargo
5	Falta de projeto aprovado e documentos no local da obra	Responsável técnico pela execução	Multa de 500
6	Execução da obra em desacordo com o projeto aprovado	Responsável técnico pela execução	Multa de 1.000 e embargo
7	Inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes	Proprietário	Multa de 500 e embargo
8	Paralisação da obra sem comunicação à Prefeitura	Responsável técnico pela execução	Multa de 500
9	Ocupação da edificação sem que a Prefeitura tenha fornecido o habite-se	Proprietário	Multa de 400
10	Não requerimento de vistoria, quando concluída a obra	Proprietário	Multa de 400
11	Início da obra com licença vencida	Responsável técnico pela execução	Multa de 800



MUNICÍPIO DE GUATAMBU
ESTADO DE SANTA CATARINA

12	Edificação executada desrespeitando prejudicialmente o projeto aprovado e os dados de nivelamento e alinhamento	Responsável técnico pela execução	Demolição total ou parcial
13	Edificação clandestina que não esteja de acordo com o Plano de Desenvolvimento Físico Territorial	Proprietário	Demolição total ou parcial
14	Edificação julgada em risco, quando o proprietário não tomar as providências que forem necessárias à sua segurança	Proprietário	Demolição total ou parcial
15	Ameaça à segurança pública e dos operários	Responsável técnico pela execução	Multa de 1.000
16	Perturbações do sossego de hospitais, escolas, asilos e estabelecimentos semelhantes	Responsável técnico pela execução	Multa de 500
17	Desobediência aos limites de horários para a execução de serviços que produzem ruídos	Proprietário	Multa de 500
18	Desobediência ao embargo	Proprietário	Multa de 2.000
19	Cassação ou suspensão da carteira do profissional responsável	-	Embargo
20	Isonção de responsabilidade técnica pela execução não comunicada à Prefeitura	Responsável técnico pela execução	Multa de 600 e embargo
21	Iminência de perigo público	-	Interdição total ou parcial
22	Deixar material de construção sobre passeio público ou logradouro público	Proprietário	Multa de 300
23	Danos ao passeio público	Proprietário	Multa de 300 mais os custos com a reconstrução

Art. 33. As multas estão vinculadas a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

Art. 34. No caso de haver mais de um infrator, a pena será aplicada a cada um deles.

Art. 35. Na reincidência de infrações as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 36. O auto de infração será lavrado em quatro vias, assinadas pelo autuado, sendo as três retidas pelo autuante e a última pelo autuado.

Art. 37. Os autos de infração (ver Anexo), lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:



- I - O dia, mês, ano e hora do lugar em que foi lavrado.
- II - O nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;
- III - Descrever o fato que constitui infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamento violado e fazer referências a notificação preliminar que consignou a infração, quando for o caso;
- IV - O nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- V - Assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

§ 1º As omissões ou incorreções do auto, não acarretarão sua nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura não constitui formalidade essencial.

Art. 38. Imposta a multa, será dado conhecimento da mesma ao infrator no local da infração, em seu escritório ou residência, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade competente que a aplicou.

§ 1º Da data da imposição da multa terá o infrator o prazo de 10 (dez) dias para efetuar o pagamento ou depositar o valor da mesma para efeito de recurso.

§ 2º Decorrido o prazo, sem interposição de recurso, a multa não paga se tornará efetiva, e será cobrada por via executiva.

§ 3º Não provido o recurso, ou provido parcialmente, da importância depositada será paga a multa imposta.

Art. 39. O levantamento do embargo só será concedido mediante o cumprimento de todas as exigências que se relacionarem com a obra ou a instalação embargada, e, o pagamento de todos os emolumentos e multas inerentes.

Art. 40. A demolição e a interdição total ou parcial serão precedidas de vistoria, por uma comissão de um arquiteto e um engenheiro, designados pela Prefeitura.

Parágrafo único. A comissão procederá do seguinte modo:

I - Designará dia e hora para a vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma, não sendo encontrado, far-se-á a intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;

II - Na data marcada, fará os exames necessários concluídos os quais dará seu laudo, dentro de 03 (três) dias, devendo constar do mesmo o que o proprietário poderá fazer para evitar a demolição ou a interdição e o prazo em que deve ser feito.

Parágrafo único.

Art. 41. Entregar-se-á cópia do laudo ao proprietário e aos usuários da edificação, se for o caso, acompanhada da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas, mediante recibo.

Parágrafo único. Se o proprietário não for encontrado ou recusar-se a receber os documentos, os mesmos serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local e afixados no lugar de costume.



Art. 42. Cientificado o proprietário e não cumpridas as decisões do laudo, o Prefeito ordenará a demolição ou a interdição.

TÍTULO III DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

CAPÍTULO I DAS PROVIDÊNCIAS GERAIS

Art. 43. Para fins de fiscalização, deverão permanecer no local da obra o alvará de licença e o projeto aprovado.

Art. 44. Todas as obras deverão ser executadas obedecendo integralmente o projeto aprovado.

Art. 45. Durante a execução da obra o profissional responsável, construtor e/ou proprietário, deverá pôr em prática todas as medidas possíveis para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providências para que o leito do logradouro no trecho abrangido pela mesma seja permanente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º É proibido executar na obra, qualquer serviço que possa perturbar o sossego dos hospitais, escolas, asilos e estabelecimentos semelhantes, situados na vizinhança, devendo os mesmos serem realizados em locais distantes.

§ 2º Nas obras situadas nas proximidades dos estabelecimentos referidos no parágrafo anterior e, nas vizinhanças de residências, é proibido executar, antes das 07 (sete) horas e depois das 19 (dezenove) horas, qualquer serviço que produza ruído.

Art. 46. Será exigida a execução de tapumes de proteção quando necessário.

CAPÍTULO II DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 47. Canteiro de obras é o espaço ao lado ou à volta de uma construção onde se realiza um conjunto de serviços necessários para a execução da obra. Compõe-se de instalações provisórias: tapumes, barracões, escritórios administrativos, sanitários, poços, luz, água, força, depósitos de material, vias de acesso e circulação, transportes.

§ 1º Durante os serviços de construção, reforma ou demolição, o responsável pela obra deverá adotar as medidas necessárias para a proteção e segurança dos trabalhadores, do público, das propriedades vizinhas e dos logradouros públicos conforme determina a Lei 6.514 de 23/12/1977, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho.

§ 2º Os serviços, em especial os de demolição, escavação e fundações, não poderão prejudicar imóveis ou instalações vizinhas, nem os passeios dos logradouros.

§ 3º A limpeza do logradouro público deverá ser permanentemente mantida pelo empreendedor da obra, enquanto esta durar e em toda a sua extensão.



§ 4º O canteiro de serviços deverá ter instalações sanitárias e outras dependências para os empregados, conforme Norma Técnica Oficial nº 18 da Portaria 3214 de 08.06.78, de Segurança e Medicina do Trabalho.

CAPÍTULO III DOS TAPUMES

Art. 48. Nas construções com menos de 3,00 m (três metros) de recuo do alinhamento do terreno deverá obrigatoriamente ser adotada de um tapume - armação provisória em material apropriado, usado para vedar uma obra, isolando-a do logradouro público e protegendo os transeuntes de eventuais quedas de material - com uma altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), no alinhamento predial com acabamento adequado e permanentemente conservado.

§ 1º A faixa compreendida pelo tapume, quando sobre o passeio, não poderá ter largura superior a metade da largura do passeio, nem exceder a 2,00 m (dois metros).

§ 2º Quando forem construídos em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras, de interesse público, serão transferidas para o tapume de forma a ficarem bem visíveis.

Art. 49. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos a garantir efetiva proteção as árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo de completa eficiência de tais aparelhos.

CAPÍTULO IV DOS ANDAIMES

Art. 50. Os andaimes - armações provisórias de prumos, tábuas e outros elementos, sobre os quais os operários trabalham durante a obra deverão:

I - Ser dimensionados e construídos de modo a suportar com segurança as cargas de trabalho a que estão sujeitos.

II - Ter guarda-corpo de 0,90 m (noventa centímetros) a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e rodapé com a altura mínima de 0,20 m (vinte centímetros), inclusive nas cabeceiras.

III - Proteger as árvores e os postes, de qualquer outro dispositivo existente sem prejudicar o andamento das obras.

IV - Os seus passeios não poderão se situar abaixo da cota de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do passeio.

§ 1º Os andaimes armados sobre cavaletes ou escadas deverão:

- a) Ter seus montantes apoiados sobre calços ou sapatas resistentes aos esforços e às cargas, e ser compatíveis com a resistência do solo;
- b) Ser utilizados somente para pequenos serviços até a altura de 4,00 m (quatro metros).

§ 2º Os andaimes apoiados só serão permitidos em prédios com 04 (quatro) ou menos pavimentos, sendo vetados em construções no alinhamento predial.



§ 3º As vigas de sustentação dos cabos e dos andaimes como um todo, deverão ser devidamente dimensionadas pelo responsável técnico da obra.

CAPÍTULO V DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 51. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser conservado um tapume no alinhamento do logradouro.

§ 1º Se este prazo ultrapassar a um ano deverão os andaimes e tapumes serem demolidos, desimpedindo os passeios e deixando-os em perfeitas condições.

§ 2º Tratando-se de construção no alinhamento um dos vãos deverá ser guarnecido por uma porta para permitir o acesso ao interior da construção, devendo ser fechados todos os outros.

§ 3º Será feito pela Prefeitura Municipal, exame da obra a fim de verificar se a mesma oferece perigo, determinando promover as providências julgadas convenientes.

Art. 52. As disposições deste Capítulo serão aplicadas, também, às construções que já se encontram paralisadas, na data da vigência desta Lei, conforme NBR 18.

TÍTULO IV DAS NORMAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO

Seção I Dos Materiais de Construção

Art. 53. Os materiais empregados nas edificações devem satisfazer às condições mínimas da ABNT no tocante a qualidade e compatibilidade com o seu uso.

Art. 54. A Prefeitura Municipal de Guatambu reserva-se o direito de recusar, suspender, impedir, proibir e exigir a substituição do emprego de todo e qualquer material tecnicamente inadequado, em qualquer fase ou estágio do projeto ou edificação, sem que isto caracterize qualquer direito a reclamação ou indenização, por parte do interessado.

Parágrafo único. Constatando o uso ou a presença na obra de materiais tecnicamente inadequados, a Prefeitura Municipal determinará a paralisação da obra, comunicando o fato aos responsáveis habilitados, e somente permitirá o reinício após sua remoção, emitindo ordem para tanto.

Seção II Das Escavações, Movimentos de Terra, Arrimo e Drenagens

Art. 55. As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagens são os processos usuais de preparação e contenção do solo, visando segurança e as condições desejadas para a execução da obra.



§ 1º São vedadas construções em terrenos pantanosos ou alagadiços, antes de executadas as obras de escoamento, drenagem ou aterros sanitários.

§ 2º O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

§ 3º O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosão.

§ 4º Antes do início de escavações ou movimento de terra, deverá ser constatada a presença de tubulações, cabos de energia, transmissão telegráfica ou telefônica sob o passeio do logradouro que possam ser comprometidos pelos trabalhos executados.

§ 5º Os passeios dos logradouros e as eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente protegidos e escorados.

§ 6º Da mesma forma, deverão ser protegidas e escoradas as construções, muros ou estruturas vizinhas ou existentes no terreno, para que não sejam atingidas pelas escavações, movimento de terra, rebaixamento de terra ou do lençol d'água. O escoramento deverá ser reforçado e o terreno protegido contra a perda de coesão por desidratação, para evitar desabamentos.

§ 7º As valas e barrancos resultantes de escavações ou movimento de terra, com desnível superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros), deverão ser escorados por tábuas, pranchas ou sistema similar e apoiados por elementos dispostos e dimensionados conforme exigir o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as Normas Técnicas Oficiais.

§ 8º O escoamento poderá ser dispensado se a escavação ou movimento de terra formar talude, com inclinação igual ou menor que o natural correspondente ao tipo de solo.

§ 9º O escoramento deverá ser reforçado em seus elementos de apoio, quando houver máquinas em funcionamento ou tráfego de veículos, tão próximos da escavação que possam produzir vibrações sensíveis na área escavada.

§ 10º Se, concluído o trabalho de escavações ou movimento de terra, a diferença de nível entre os terrenos for superior a 1,20 (um metro e vinte centímetros), os muros existentes deverão ser de arrimo, calculados e observados a inclinação do talude natural do solo, a densidade do material e as sobrecargas.

§ 11º Sempre que a edificação, por suas características, exigir o esgotamento de nascentes ou do lençol freático - durante ou após executada a obra - as medidas necessárias deverão ser submetidas à apreciação da Prefeitura, para evitar o livre despejo nos logradouros.

Seção III Das Fundações

Art. 56. A fundação, parte da construção que transmite ao solo as pressões produzidas pelas cargas da construção, deverá ser projetada e executada de modo a assegurar a estabilidade da obra, e de acordo com as disposições da NBR 6122/80 (Projeto e Execução de Fundações).

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente considerados no cálculo das fundações, seus efeitos para com as edificações vizinhas, os logradouros públicos e as instalações de serviços públicos, devendo ficar situadas qualquer que seja seu tipo



internamente dentro dos limites do lote não podendo em hipótese alguma - avançar sobre o passeio do logradouro ou sob os imóveis vizinhos.

Seção IV Da Estrutura

Art. 57. A estrutura é a maneira pela qual as partes de uma construção são arranjadas entre si, responsáveis pela solidez e a resistência da edificação.

Art. 58. A movimentação de materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura será feita, exclusivamente, dentro dos limites do lote.

Seção V Dos Pavimentos

Art. 59. Os pavimentos - elementos estruturais ou não, que separam horizontalmente os andares da edificação - de qualquer tipo, deverão obedecer aos índices técnicos de resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência e impermeabilidade, adequados as finalidades dos compartimentos.

Seção VI Das Paredes

Art. 60. As paredes são partes da edificação que servem para cercar e vedar um recinto ou suportar um pavimento, telhado ou parede acima delas.

§ 1º As paredes externas e as que separam unidades autônomas de uma edificação deverão obedecer às Normas Técnicas sobre resistência ao fogo, isolamento térmico e isolamento acústico. Quanto à impermeabilidade, deverão ser no mínimo equivalentes a uma parede de alvenaria de blocos de barro maciço, revestida com argamassa de cal e areia.

§ 2º Paredes cuja face estiver em contato direto com o solo e as partes que estiverem enterradas deverão ser impermeabilizadas; se o terreno apresentar alto grau de umidade, deverá ser convenientemente drenado.

Seção VII Dos Pisos e Entrepisos

Art. 61. Os entrepisos das edificações serão incombustíveis tolerando-se entrepisos de madeira em edificações até 02 (dois) pavimentos, constituindo uma única moradia, exceto nos compartimentos cujos pisos devam ser impermeabilizados, conforme Normas do Corpo de Bombeiros.

Art. 62. Os pisos deverão ser convenientemente tratados, obedecendo a especificações técnicas do projeto e de acordo com as exigências deste código.

Seção VIII Da Cobertura



Art. 63. As coberturas das edificações deverão ser construídas com materiais que permitam.

- I - Perfeita impermeabilização.
- II - Isolamento térmico.

Art. 64. As coberturas deverão ser completamente independentes das edificações vizinhas já existentes e sofrer interrupções na linha de divisa.

§ 1º A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma; a parede divisória deverá propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

§ 2º As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote não sendo permitido o deságue sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

Seção IX Do Reservatório de Água

Art. 65. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água.

Parágrafo único. Nas edificações com mais de uma unidade independente, que tiverem reservatório comum, o acesso ao mesmo e ao sistema de controle se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 66. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo de água por edificação, conforme seu uso devendo obedecer aos índices da Tabela II, abaixo.

Parágrafo único. Este dimensionamento deve ser para 2 (dois) dias de consumo.

TABELA II - RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

EDIFICAÇÃO	LITROS/DIA
RESIDENCIAL	150/compartimento permanência prolongada noturna
HOTÉIS	120/Hóspede
ESCOLA COM INTERNATO	120/Aluno
ESCOLA	50/Aluno
ESTAB.HOSPITALARES OU Similares	500/Leito
ESTAB.COM.OU PREST.SERVIÇOS	6/m ²
CINEMAS, TEATROS, AUDITÓRIOS E SIMILARES	2/Lugar
GARAGENS	50/Veículo



INDUSTRIAS EM GERAL		6/m ²
---------------------	--	------------------

Art. 67. Será adotado reservatório inferior quando as piezométricas forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior e, ainda nas edificações acima de 04 (quatro) pavimentos.

Art. 68. Quando instalados reservatórios inferiores e superiores, o volume de cada um será, respectivamente, 60 (sessenta) e 40 (quarenta) por cento do volume total calculado, desde que atendendo as normas referentes à prevenção de incêndio do corpo de bombeiros e demais disposições deste Código. Caso contrário poderá e deverá ser aumentado o reservatório de água superior, segundo estas normas.

Seção X Das Portas

Art. 69. O dimensionamento das portas deverá obedecer a uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) e as larguras mínimas obedecerão ao disposto na Tabela V, do artigo 137.

Seção XI Das Circulações em um mesmo nível

Art. 70. A circulação em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial terá largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros) e 1,00 m (um metro) respectivamente para uma extensão de até 5,00 m (cinco metros).

Parágrafo único. Excedendo-se este comprimento haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro ou fração de excesso.

Art. 71. As circulações em um mesmo nível de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

- I - USO RESIDENCIAL - Largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10 m (dez metros);
- II - USO COMERCIAL - Largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10 m (dez metros).

Parágrafo único. Quando o comprimento fixado nos incisos I e II deste artigo exceder haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) e 0,10 m (dez centímetros) respectivamente, na largura para cada metro ou fração de excesso.

Seção XII Da Circulação em Níveis Diferentes

Subseção I Das Escadas



MUNICÍPIO DE GUATAMBU
ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 72. As escadas deverão obedecer às condições mínimas estabelecidas na Tabela III, conforme sua classificação:



TABELA III - ESCADAS

USO	LARGURA MÍNIMA	ALTURA MÁXIMA DO DEGRAU	LARGURA MÍNIMA DO DEGRAU
PRIVATIVO	0,90 m	18 cm	25 cm
HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	1,20 m	18 cm	25 cm
ESCOLAS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, LOCAIS DE REUNIÕES	1,50 m	18 cm	25 cm
ESTÁDIOS	2,00 m	18 cm	25 cm

Art. 73. As escadas deverão assegurar a passagem com altura livre igual ou superior a 2,00m (dois metros).

Art. 74. Será obrigatório patamar intermediário a cada 16 (dezesseis) degraus.

Art. 75. O comprimento do patamar não poderá ser inferior a largura da escada.

Subseção II Das Rampas

Art. 76. Se, ao invés de escadas, forem utilizadas rampas, estas estarão sujeitas às mesmas normas de dimensionamento, resistência e proteção das escadas.

Art. 77. ~~As rampas de pedestres deverão ter corrimão de ambos os lados, com altura mínima de 75 cm (setenta e cinco centímetros), largura mínima de 90 cm (noventa centímetros), rebarba máxima de 3 cm (três centímetros) no piso, comprimento máximo sem patamar de 9 m com declividade a 8% (oito por cento) para exteriores e 11% (onze por cento) para interiores. seguir a Norma NBR 9050 para os casos de acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais.~~

Parágrafo único. Se a declividade for superior a 6% (seis por cento) o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30 m (trinta centímetros) nos dois finais de rampa.

Art. 78. As rampas para o acesso de veículos não poderão ter declividade superior a 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 79. Rampas de acesso vencendo altura superior a 3,00m (três metros) deverão ter patamar intermediário com profundidade mínima igual à largura.

Subseção III Da Escada Rolante



Art. 80. As escadas rolantes estarão sujeitas à NBR 38/55 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, não ficando permitida a utilização em substituição a escada fixa.

Subseção IV
Dos Elevadores

Art. 81. A obrigatoriedade de assentamento de elevadores é regulada, de acordo com o tipo de uso da edificação e o número de pavimentos, pela Tabela IV, abaixo:

TABELA IV - ELEVADORES

USO	NÚMERO DE PAVIMENTOS	NÚMERO MÍNIMO DE ELEVADORES
Residencial, Comercial, Industrial e Prestação de Serviços	até 4	isento
	5 ou 6	1
	mais de 6	2
Comercial, Industrial e Prestação de Serviços	Até 1	isento
	2 a 6	1
	mais de 6	2
Hotéis, Motéis e Similares	até 2	isento
	3 ou 4	1
	mais de 4	2
Hospitais, Asilos e Similares	até 1	isento
	2	1
	mais de 2	2

§ 1º No número de pavimentos são computados:

- I - O pavimento aberto sob pilotis.
- II - Os pavimentos acima do logradouro.

§ 2º No número de pavimentos não são computados:

- I - O último pavimento, quando se constituir área integrada a uma economia do penúltimo pavimento, quando se destinar a moradia do zelador e quando se destinar a atividades de lazer.



II - O pavimento imediatamente inferior ao térreo (subsolo), quando utilizado como garagem, ~~moradia do zelador~~ ou dependência de uso comum da edificação.

Art. 82. Em qualquer caso de obrigatoriedade de assentamento de elevador, deverá ser satisfeito o cálculo de tráfego e intervalo de tráfego na forma prevista pela NBR 30 da ABNT.

Seção XIII Das Instalações

Art. 83. Esta seção trata das instalações de:

- I - Distribuição de energia elétrica;
- II - Distribuição hidráulica;
- III - Coleta de esgotos sanitários e águas pluviais;
- IV - Rede telefônica;
- V - Distribuição de gás;
- VI - Para-raios;
- VII - Instalações contra incêndios;
- VIII - Antenas de televisão;
- IX - Aparelhos de transportes;
- X - Coleta e eliminação de lixo;
- XI - Exaustão e condicionamento do ar;
- XII - Aparelhos de projeção cinematográfica;
- XIII - Aparelhos de recreação;
- XIV - Caixa de coleta de cartas.

Art. 84. O prescrito nesta seção aplica-se igualmente as reformas e ampliações, no que couber.

Subseção I Da Distribuição de Energia Elétrica

Art. 85. A instalação dos equipamentos de distribuição de energia elétrica das edificações será projetada e executada de acordo com a norma da NBR 3 da ABNT e os regulamentos da empresa concessionária local.

Subseção II Da Distribuição Hidráulica

Art. 86. A instalação dos equipamentos de distribuição hidráulica das edificações será projetada e executada de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e os regulamentos do órgão local responsável pelo abastecimento.

Subseção III Da Coleta de Esgotos Sanitários e Águas Pluviais



Art. 87. A instalação dos equipamentos de coleta de esgotos sanitários e de águas pluviais obedecerá às normas da ABNT e disposições do órgão responsável pela Saúde Pública.

Art. 88. É obrigatória a ligação da rede domiciliar às redes gerais de água e esgoto, quando tais redes existirem na via pública onde se situa a edificação.

Art. 89. Enquanto não houver rede de esgoto, as edificações serão dotadas de fossas sépticas, filtro anaeróbio e sumidouros.

§ 1º Depois de passarem pela fossa séptica, as águas serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro ou valas de infiltração convenientemente construído, afastado de, no mínimo, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas dos lotes de acordo com a NBR 7229;

§ 2º As águas provenientes de pias de cozinha e de copa deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem lançadas no sumidouro.

§ 3º As fossas, sumidouros e valas de infiltração deverão ficar a uma distância de 15 m (quinze metros) de raio de poços de captação de água situado no mesmo terreno ou terreno vizinho.

Art. 90. Nas edificações de uso industrial não será permitida a descarga de esgotos de qualquer procedência e despejos "in natura" nas valas coletoras de águas pluviais ou em qualquer curso d'água natural.

Art. 91. Em edificação de uso residencial não será permitido o despejo dos efluentes de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração nas redes coletoras pluviais ou em qualquer curso d'água natural.

Subseção IV Da Rede Telefônica e Lógica

Art. 92. A instalação de equipamentos de rede telefônica das edificações obedecerá às normas e prescrições da empresa concessionária local.

Art. 93. Em todas as edificações multifamiliares é obrigatória a instalação de tubulação para rede telefônica.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá no mínimo instalação de tubulação para um aparelho.

§ 2º A tubulação para serviços telefônicos, não poderá ser utilizada para outro fim.

Subseção V Da Distribuição de Gás

Art. 94. A instalação dos equipamentos para distribuição de gás obedecerá às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Parágrafo único. Em edificações unifamiliares prever abrigo externo de gás.



Subseção VI
Da Para-Raios

Art. 95. Será obrigatória a instalação de para-raios nos edifícios em que se reúnam grande número de pessoas ou que contenham objetos de grande valor, tais como: escolas, fábricas, quartéis, hospitais, cinemas e outros. É obrigatória também, a instalação de para-raios em fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis, em torres e chaminés elevadas e em construções isoladas e muito expostas.

Art. 96. A instalação de para-raios deverá obedecer às normas da ABNT. ~~e do Corpo de Bombeiros.~~

Subseção VII
Da Instalação Contra Incêndio

Art. 97. Devem ter instalações contra incêndio:

I - Todas as edificações industriais, comerciais, de prestação de serviços e locais de reuniões e multifamiliares.

Art. 98. As normas de caráter técnico em relação as instalações preventivas de incêndio, devem ser rigorosamente observadas, verificando-se as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros.

Subseção VIII
Das Antenas de Televisão

Art. 99. Nas edificações residenciais multifamiliares, será obrigatória a instalação de tubulação para antenas de televisão, para cada unidade.

Subseção IX
Dos Aparelhos de Transportes

Art. 100. Os aparelhos de transportes a que se refere esta subseção são os elevadores de passageiros, de carga ou de veículos, os monta-cargas, as escadas rolantes e outros de natureza especial.

Art. 101. A construção e a instalação de todos os aparelhos de transporte de que trata essa subseção deverão obedecer às normas da NBR 30 da ABNT.

Parágrafo único. Além das normas previstas no presente artigo, será obrigatória ainda, a colocação de indicadores de posição dentro dos carros e em todos os andares.

Art. 102. A obrigatoriedade de assentamento de elevadores está definida na Seção XII, Subseção IV.

Art. 103. O funcionamento de elevadores de alçapão não poderá prejudicar as canalizações e demais dispositivos de utilidade pública existentes no subsolo.



Subseção X
Da Coleta e Eliminação de Lixo

Art. 104. Toda edificação, independentemente de sua destinação, deverá ter abrigo ou depósito para recipientes de lixo, em local desimpedido e de fácil acesso, com capacidade adequada e detalhes construtivos sujeitos a regulamentação própria. Deverá ter lixeiras para separação do lixo reciclado e lixo orgânico.

§ 1º Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo às normas estabelecidas pela autoridade competente.

§ 2º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 3º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer às normas específicas para sua construção.

Subseção XI
Da Exaustão e Condicionamento do Ar

Art. 105. As instalações de exaustão e condicionamento do ar, deverão obedecer às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Subseção XII
Dos Aparelhos de Projeção Cinematográfica

Art. 106. A instalação dos aparelhos de projeção cinematográfica será feita de acordo com a Portaria número 30, de 07 de fevereiro de 1958, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Subseção XIII
Dos Aparelhos de Recreação

Art. 107. Em cada aparelho de recreação deverá existir em local visível, inscrição indicando o limite máximo de carga e o número máximo de usuários, além dos quais é perigosa e ilegal a sua utilização, cobrando a aplicação da ART do responsável técnico.

Art. 108. Nos parques de diversões, explorados comercialmente, os aparelhos de recreação deverão estar isolados das áreas de circulação.

Subseção XIV
Da Caixa de Coleta de Cartas

Art. 109. A instalação de caixa de coleta de cartas para cada unidade residencial fica obrigatória em unidades residenciais multifamiliares, devendo ficar situada em local de fácil acesso.

Seção XV
Da Iluminação e Ventilação das Edificações



Art. 110. Para efeito desta lei, considera-se:

I - Poço ou Área Fechada: o espaço livre da edificação, caracterizado pelo seu cercamento pleno e profundidade, destinado à ventilação e iluminação;

II - Reentrância ou Área Aberta: o espaço livre da edificação, caracterizado por possuir um ou mais lados abertos, com a finalidade de ventilação e iluminação;

III - Área Principal: aquela que permite a iluminação e ventilação natural e normal dos compartimentos de permanência prolongada noturna e diurna, que quando for:

a) Fechada, deverá satisfazer as seguintes condições:

- 1) permitir a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 2,00m (dois metros);
- 2) possuir área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados);
- 3) em caso de mais de 6,00 m (seis metros) de altura, o diâmetro "D" de um círculo inscrito deverá ser dado pela fórmula:

$$D = H/6 \geq 2,00 \text{ m}$$

Sendo "H" à distância em metros do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento que, por sua natureza e disposição no projeto deva ser servido pela sua área sendo que os pavimentos abaixo deste que forem abrangidos pelo prolongamento desta área, e que dela possam prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".

b) Aberta, deverá satisfazer as seguintes condições:

- 1) permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando não exceder a altura de 6,00m (seis metros);
- 2) possuir área mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados).
- 3) em caso de mais de 6,00 m (seis metros) de altura, o diâmetro "D" de um círculo inscrito deverá ser dado pela fórmula:

$$D = H/6 \geq 1,50 \text{ m}$$

Sendo "H" a distância em metros, do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento que por sua natureza e disposição no projeto deva ser servido pela área, sendo que os pavimentos abaixo deste, que forem abrangidos pelo prolongamento desta área e que dela prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".

IV - Área Secundária: aquela que permite a iluminação e a ventilação de compartimento de utilização transitória, que quando for:

a) fechada, deverá satisfazer as seguintes condições:

- 1) permitir a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando não exceder a 10,00 m (dez metros) de altura ou 3 (três) pavimentos;
- 2) possuir a inscrição de um círculo com diâmetro de: $D = 1,50 \text{ m}$ (um metro e cinquenta centímetros) + 0,15 m (quinze centímetros) por pavimento excedente a três pavimentos ou 10 m (dez metros) de altura;



3) possuir uma área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) quando a altura não exceder a 10,00 m (dez metros) ou três pavimentos;

4) possuir uma área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) + 2,00 m² (dois metros quadrados) por pavimento excedente a 03 (três), sendo que, neste caso, o diâmetro mínimo do círculo inscrito será de 2,00 m (dois metros) e a relação dos lados será disposta na razão de 1/1,50 m (um metro por um metro e cinquenta centímetros).

b) aberta deverá satisfazer as seguintes condições:

1) permitir a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

2) possuir área mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados).

Art. 111. A iluminação e ventilação de compartimento de permanência prolongada noturna e diurna e de utilização transitória serão obrigatórias e poderá ser realizada com execução de poço de ventilação ou reentrância.

I - Os compartimentos de permanência prolongada são ambientes de ocupação contínua por um ou mais indivíduos, incluindo sala de estar, sala de jantar, sala íntima, dormitórios, escritório, sala de TV ou ambientes de usos similares aos citados;

II - Os compartimentos de utilização transitória são: cozinha, lavanderia ou área de serviço, banheiro, circulação, varanda aberta ou fechada com vidro, solarium, garagem e similares.

Art. 112. O poço e a reentrância, que se destinam à ventilação e à iluminação, simultânea, de compartimento de permanência prolongada e de permanência transitória, serão dimensionadas em relação ao compartimento de permanência prolongada.

Parágrafo único. É permitida a execução de dômus de iluminação e ventilação desde que possua aberturas iguais à área do poço.

Art. 113. Na parte interior do poço de ventilação e iluminação, executado com as dimensões mínimas previstas nesta lei, fica proibida a execução de saliências que excedam a 0,25 m (vinte e cinco centímetros). ~~e avanços de cobertura superiores a 1,00 (um metro).~~

Art. 114. O poço de ventilação será executado observando-se o que segue:

III - Com área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados) em prédios de até 4 (quatro) pavimentos, sendo que para cada pavimento excedente haverá um acréscimo de 1,00 m² (um metro quadrado) por pavimento;

IV - O círculo inscrito será de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e a relação mínima dos seus lados de 1,00/1,50 m (um metro por um metro e cinquenta centímetros);

V - Permitir a sua visitação na base;

VI - Com revestimento interno.

Art. 115. Na ventilação natural por meio de chaminé de tiragem (aquela em que o suprimento de ar e a remoção dos gases é feito unicamente por aspiração da chaminé) será observado o que segue:



I - A seção transversal dimensionada de forma que corresponda no mínimo 0,06 m² (seis centímetros quadrados) de seção para cada 1,00 m (um metro) de altura da chaminé, devendo conter um círculo inscrito de no mínimo 0,60 m (sessenta centímetros) de diâmetro.

II - A altura da chaminé será medida a partir de sua base.

CAPÍTULO II DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I Das Fachadas

Art. 116. A fachada da edificação será executada com emprego de material adequado, em estrita observância aos princípios arquitetônicos e às normas de segurança e ordenamento Físico-Territorial previstos na legislação vigente.

Art. 117. As saliências da fachada da edificação executada lindeira ao passeio público, obedecerão ao que se segue:

I - No pavimento térreo, as saliências móveis serão executadas a partir de uma altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) a partir do nível do passeio;

Seção II Das Marquises

Art. 118. A construção de marquises na fachada das edificações obedecerá às seguintes condições:

I - Serão sempre em balanço;

II - Terão balanço máximo de 2/3 (dois terços) da largura do passeio;

III - Terão altura mínima de 3,00 m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Prefeitura indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face da quadra;

IV - Permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente, para dentro dos limites do lote e através de condutores;

V - Não prejudicar a arborização e a iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração.

VI - Terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

Art. 119. É obrigatório a execução de marquise em qualquer edificação de mais de um pavimento, quando estiver localizada em zona comercial, ou quando no alinhamento, ou ainda quando dele recuado, menos de 2,00 m (dois metros).

Seção III Das Vitrinas, Mostruários e Toldos

Art. 120. A instalação de vitrinas e mostruários só será permitida quando não prejudicarem a ventilação e iluminação dos compartimentos aos quais estiverem integradas e não perturbarem a circulação do público.



§ 1º Não será permitida a colocação de balcões ou vitrinas-balcões nos halls de entrada e circulação das edificações;

§ 2º Não será permitida a colocação de balcões ou vitrina balcões voltados diretamente para o logradouro público, quando instalados no alinhamento.

§ 3º A abertura de vãos para vitrinas ou mostruários em fachadas ou paredes de área de circulação será permitida desde que em espaço livre dessa circulação, em toda a sua altura, atenda às dimensões mínimas estabelecidas neste Código.

Art. 121. Nenhuma das partes dos toldos poderá ficar a menos de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) de altura em relação ao piso externo e nível do passeio.

Art. 122. Os toldos de que trata o artigo anterior, deverão possuir estrutura metálica e cobertura de lona, devendo localizar-se os apoios no alinhamento.

§ 1º A estrutura em balanço, onde será apoiada a lona, não poderá ficar a menos de 0,30 cm (trinta centímetros) do meio fio.

§ 2º O pedido de licença para a instalação de toldos deverá ser acompanhado de desenhos em escala conveniente dos quais conste também a planta de localização.

Seção IV **Dos Anúncios e Letreiros**

Art. 123. Os anúncios, letreiros ou painéis decorativos integrantes das edificações deverão obedecer além das exigências do Código de Posturas, o seguinte:

- I - Quando colocados em marquises, não prejudicar a iluminação ou ventilação dos compartimentos fronteiros;
- II - Não prejudicar a visibilidade pública;
- III - Não perturbar, quando luminoso, o sossego de prédios residenciais vizinhos;
- IV - Não atentar contra a segurança pública;
- V - Não interferir com a sinalização do tráfego;
- VI - Não interferir com a visão de monumentos históricos ou artísticos e locais de interesses paisagísticos.

Seção V **Das Sacadas e Corpos Avançados**

Art. 124. Nas fachadas construídas no alinhamento e nas que ficarem afastadas em consequência de recuo para ajardinamento regulamentar, só poderão ser feitas construções em balanços ou formando saliências, obedecendo às seguintes condições:

- I - A altura desse balanço será de 3,00 m (três metros) em relação ao nível do passeio, nas fachadas no alinhamento; e de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), em relação ao terreno quando a fachada for afastada do alinhamento em consequência do recuo regulamentar para ajardinamento.
- II - O balanço máximo permitido será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura;



III - Nos logradouros cuja largura for igual ou inferior a doze metros, não será permitida a construção de balanço;

IV - Tratando-se de edificações com recuo obrigatório do alinhamento, a largura do logradouro, será acrescida de recuos;

Parágrafo único. Quando as edificações apresentarem faces voltadas para mais de um logradouro, cada uma delas será considerada isoladamente, para efeitos do presente artigo.

Seção VI Do Meio Fio e Passeios

Art. 125. O passeio em logradouro público na frente de terrenos edificados ou não, obedecerá ao padrão do Município. ~~definido pelo órgão competente e as seguintes disposições:~~

Art. 126. O passeio poderá ser ocupado por mesas e cadeiras desde que:

I - Tenha largura compatível, permitindo uma faixa de obstáculos, para a circulação de pedestres, determinada pelo fluxo de pessoas da zona onde se localiza. A faixa mínima será de acordo com o padrão do Município;

II - As mesas e cadeiras sejam dispostas apenas na testada do estabelecimento comercial para a qual tiverem sido liberadas.

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES RELATIVAS AOS COMPARTIMENTOS

Seção I Dos Compartimentos

Art. 127. Classificam-se os compartimentos da edificação, segundo sua destinação e o tempo estimado de permanência humana em seu interior, em:

I - de permanência prolongada;

II - de permanência transitória;

III - especiais;

IV - sem permanência.

Art. 128. São compartimentos de permanência prolongada:

I - dormitórios, quartos e salas em geral;

II - lojas, escritórios, oficinas e indústrias.

III - salas de aula, estudo e aprendizado, e laboratórios didáticos.

IV - salas de leitura e bibliotecas.

V - enfermarias e ambulatórios.

VI - cozinhas;

VII - refeitórios, bares e restaurantes;

VIII - locais de reuniões e salão de festas;

IX - locais fechados para prática de esportes ou ginástica;

X - brinquedoteca e home office.



Art. 129. São considerados compartimentos de permanência transitória:

- I - escadas e seus patamares, rampas e seus patamares e suas respectivas antecâmaras;
- II - patamares de elevadores;
- III - corredores e passagens;
- IV - átrios e vestíbulos;
- V - banheiros, lavabos e instalações sanitárias;
- VI - depósitos, despejos, rouparias e adegas;
- VII - vestiários e camarins de uso coletivo;
- VIII - lavanderias, áreas de serviço e despensa.

Art. 130. São considerados compartimentos especiais:

- I - auditórios e anfiteatros;
- II - cinemas, teatros e salas de espetáculos;
- III - museus e galerias de arte;
- IV - estúdios de gravação, rádio e televisão;
- V - laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;
- VI - centros cirúrgicos e salas de raio-X;
- VII - salas de computadores, transformadores e telefonia;
- VIII - locais para duchas e saunas;
- IX - garagens;
- X - instalações para serviços de copa em edificações destinados ao comércio e serviços.

Art. 131. Os compartimentos sem permanência são aqueles que não se destinam à permanência humana, perfeitamente caracterizado no projeto.

Art. 132. Os compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados nos Art.128 e 129 observadas às exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função ou atividade.

Art. 133. Só se caracterizarão como dormitório de empregada aqueles situados no setor de serviço da residência.

Art. 134. Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com compartimentos destinados a cozinha, despensa e depósitos.

Art. 135. Em qualquer tipo de compartimento fica vedada a execução de paredes com ângulo diedro menor que 60 (sessenta graus).

Art. 136. Os compartimentos destinados a sanitário e lavanderia, deverão ser executados com revestimento de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na altura da parede com emprego de material lavável, impermeável, resistente e de superfície lisa; devendo haver a execução de pavimentação do piso, com o emprego de material lavável e impermeável.



Seção II
Das Dimensões Mínimas dos Compartimentos das Edificações

Art. 137. Os compartimentos de um modo geral deverão obedecer a limites mínimos de área do piso, circulação, círculo inscrito mínimo, pé direito, vão de acesso e vãos de iluminação e ventilação.

TABELA V - COMPARTIMENTOS

DESCRIÇÃO	ÁREA MÍNIMA	CIR. INSCRITO MÍNIMO	PÉ DIREITO MÍNIMO	LARGURA MÍNIMA. VÃO DE ACESSO
Dormitório 1	12,00	2,50	2,60	0,80
Dormitório 2	9,00	2,50	2,60	0,80
Dormitório 3/+	7,00	2,50	2,60	0,80
Dormitório empregada	6,00	2,50	2,60	0,80
Cozinha e copas	5,00	1,80	2,50	0,80
Salas	12,00	2,50	2,60	0,80
Sanitários	3,00	1,20	2,40	0,70
Garagem	13,00	2,50	2,50	2,50
Área serviço coberta	3,00	1,50	2,40	0,70
DESCRIÇÃO	ÁREA MÍNIMA	CIR. INSCRITO MÍNIMO	PÉ DIREITO MÍNIMO	LARGURA MÍNIMA. VÃO DE ACESSO
Locais de reunião	Compatível com a lotação calculada segundo as normas desta lei			
Circulações	-	0,90	2,40	0,70
Sala de espera para público	Compatível com lotação	Compatível com lotação	2,60	Compatível com lotação
Casa de máquinas e subsolo	-	-	2,20	0,70

Seção III
Do Vão de Iluminação e Ventilação

Art. 138. Salvo os casos expressos todo o compartimento deve ter aberturas para o exterior, satisfazendo as prescrições deste código.

§ 1º Estas aberturas deverão ser dotadas de dispositivos que permitam a renovação de ar, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida.



§ 2º Em nenhum caso a área das aberturas destinadas a ventilar e iluminar qualquer compartimento poderá ser inferior a 0,40 m² (quarenta centímetros quadrados) ressalvados os casos de ventilação mecânica.

Art. 139. Em residência com apenas um dormitório, este não poderá possuir vão de iluminação e ventilação voltado para o lado sul, se esse for o único vão.

Art. 140. A soma das áreas dos vãos de iluminação e ventilação de um compartimento terá seus valores mínimos expressos em fração de área deste compartimento, conforme tabela.

TABELA VI - ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

COMPARTIMENTOS	PROJEÇÃO DA COBERTURA IGUAL OU INFERIOR A 1,20m	PROJEÇÃO DA COBERTURA ACIMA DE 1,20m
Compartimento de permanência prolongada	1/7 da superfície do piso	1/5 da superfície do piso
Compartimento de permanência transitória	1/10 da superfície do piso	1/10 da superfície do piso
Compartimentos especiais	Análise caso a caso	Análise caso a caso

Parágrafo único. Excluem-se da Tabela VI, para o cálculo dos vãos de iluminação e ventilação, as edificações destinadas: ao comércio; a prestação de serviços; ao uso industrial e a ginásio de esportes, os quais serão definidos em artigos específicos nesta Lei.

Art. 141. Nenhum vão de iluminação e ventilação que se comunique com o exterior através de terraços cobertos, poderá distar de mais de 3,00 m (três metros).

TÍTULO V DAS CARACTERÍSTICAS DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I DAS GENERALIDADES

Art. 142. As edificações serão classificadas de acordo com as atividades nelas desenvolvidas e com suas categorias funcionais.

Art. 143. Edificações nas quais se desenvolva mais de uma atividade, de uma ou mais categorias funcionais, deverão satisfazer os requisitos próprios de cada atividade.

§ 1º As normas específicas aplicam-se à edificação no seu todo, quando de uso exclusivo, para uma atividade, ou a cada uma de suas partes destinadas a atividades específicas.



§ 2º Edificações que englobem atividades residenciais, de hospedagem ou similares, deverão ter acessos próprios e independentes para cada atividade.

Art. 144. Todas as edificações, à exceção das residenciais unifamiliares—e multifamiliares até 04 (quatro) pavimentos deverão oferecer condições de acesso aos deficientes físicos, em cadeira de rodas ou com aparelhos ortopédicos e ter seus sanitários adequados a pessoas com necessidades especiais. Deverão ter sua edificação de acordo com a NBR 9050.

CAPÍTULO II DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 145. As edificações residenciais destinadas à habitação permanente de uma ou mais famílias, classificam-se em:

- I - unifamiliares, destinadas a residência de uma só família;
- II - multifamiliares, destinadas à residência de mais de uma família.

Seção I Da Edificação Unifamiliar

Art. 146. Toda edificação unifamiliar deverá ter ambientes para repouso, alimentação, serviços e higiene, conjugadas ou não, perfazendo uma área mínima de 46,00 m² (quarenta e seis metros quadrados).

Seção II Das Edificações Multifamiliares

Art. 147. As edificações multi-residenciais serão permanentes ou transitórias, conforme o tempo de utilização de suas unidades:

- I - permanentes - são os edifícios de apartamentos e a parte de uso residencial das edificações mistas; e
- II - transitórias - são as edificações com serviços comuns, classificam-se, conforme suas características e finalidades, em hotéis, apart-hotel, pousadas e, outras similares.

Art. 148. As edificações multi-residenciais serão sob forma de condomínio onde, a cada unidade imobiliária corresponda uma fração ideal do terreno.

Art. 149. A casa geminada - edificação destinada a duas unidades residenciais, cada uma com acesso exclusivo para o logradouro, constituindo, no seu aspecto externo, uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral - deverá ter, pelo menos, uma das seguintes características:

- I - paredes externas total ou parcialmente contíguas ou comuns;
- II - superposição total ou parcial de pisos.

Parágrafo único. A parede comum das casas geminadas deverá ser em alvenaria passando 0,40 m (quarenta centímetros) da altura da cobertura, e com espessura de 0,20 m (vinte centímetros).



Art. 150. Edifício de apartamentos é a edificação que comporta mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público.

Art. 151. As edificações multi-residenciais deverão obedecer ao disposto na Tabela VII.

TABELA VII - CONDIÇÕES GERAIS PARA HABITAÇÕES MÚLTIPLAS

PERMANENTES	TRANSITÓRIAS
Portaria com caixa de distribuição de correspondência	Dormitório com área mínima de 9,00 m ²
Local para coleta de lixo ou resíduos	Hall de recepção com serviços de portaria e comunicação
Abrigo de lixo orgânico e reciclável	Sala de estar
Área de recreação com área correspondente a 1,00 m ² por compartimento de permanência prolongada noturna, não podendo ser inferior a 50 m ²	Ter em cada pavimento instalações sanitárias separadas por sexo na proporção de um para cada 06 hóspedes que não possuam instalações privativas
Local para estacionamento ou guarda de veículos na proporção mínima de uma vaga para cada apartamento	Local para estacionamento ou guarda de veículos na proporção mínima de uma vaga para cada apartamento ou quarto
Instalação de tubulação para antena de TV Instalação de tubulação para telefone Dependência para zelador acima de 04 pavimentos ou mais de 16 economias	Possuir os sanitários, cozinhas, copas, despensas e lavanderias com paredes e piso revestidos com material lavável e impermeável
	TRANSITÓRIAS
	Equipamento para extinção de incêndio
	Instalação sanitária para pessoal de serviço, independente da dos hóspedes
	Entrada de serviço independente
	Área para desembarque de passageiros com capacidade mínima para dois automóveis
	Sala de administração
	Um compartimento para rouparia e guarda de material de limpeza por pavimento



Art. 152. A sala e o dormitório poderão constituir um único compartimento devendo, neste caso, ter a área mínima de 15,00 m² (quinze metros quadrados) e o máximo de 21,00 m² (vinte e um metros quadrados).

Seção III Dos Agrupamentos Residenciais

Art. 153. Os agrupamentos residenciais - conjuntos de mais de duas edificações implantadas num mesmo terreno, podendo resultar ou não, em parcelamento, classificam-se em:

- I - casas em série transversais ao alinhamento predial, com paredes contíguas ou não, cujo acesso é através de via interna, no lote;
- II - casas em série paralelas ao alinhamento predial, contíguas ou não, cuja ligação com o exterior se faz através de cada unidade;
- III - grupo de edifícios de apartamentos, que é o conjunto de dois ou mais edifícios de apartamentos, cuja área não ocupada é de uso comum;
- IV - agrupamentos mistos formados por conjuntos de edificações descritas nos incisos I, II, III, compondo uma unidade urbanística integrada.

Art. 154. Qualquer empreendimento deverá estar de acordo com as diretrizes urbanísticas determinadas pelo Município, e demais disposições relativas ao parcelamento do solo, para garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo único. As diretrizes urbanísticas serão definidas pelo Município, para o traçado viário e a localização de áreas de recreação, lazer, equipamento urbano e de preservação ambiental.

Art. 155. O corredor de acesso às edificações terá largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta), quando se destinar somente a pedestres.

§ 1º Quando se destinar a veículos e as unidades residenciais se situarem em um só de seus lados, o corredor terá as seguintes larguras mínimas:

- I - 6,50 m (seis metros e cinquenta centímetros), sendo 1,50 m (um metro e cinquenta) de passeio e 5,00 m (cinco metros) de pista de rolamento, para extensão máxima de 25,00 m (vinte e cinco metros) e um máximo de 20 (vinte) unidades residenciais;
- II - 7,00 m (sete metros) sendo 1,50 m (um metro e cinquenta) de passeio e 5,50 (cinco metros e cinquenta) de pista de rolamento, para extensão entre 25,00 m (vinte cinco metros) e 50,00 m (cinquenta metros) e número de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) unidades residenciais;
- III - 8,00 m (oito metros), sendo 2,00 (dois metros) de passeio e 6,00 m (seis metros), para extensão maior que 50,00 m (cinquenta metros) e mais de 50 (cinquenta) unidades residenciais.

§ 2º Quando se destinar a veículos e as unidades situarem em ambos os lados, o corredor terá as seguintes larguras mínimas:



- I - 8,00 m (oito metros), sendo 1,50 m (um metro e cinquenta) de passeio para cada lado do corredor e 5,00 m (cinco metros) de pista de rolamento, para extensão de até 25,00 m (vinte e cinco metros) e até 20 (vinte) unidades residenciais;
- II - 8,50 m (oito metros e cinquenta), sendo 1,50 m (um metro e cinquenta) de passeio para cada lado do corredor e 5,50 m (cinco metros e cinquenta) de pista de rolamento, para extensão entre 25,00 m (vinte e cinco metros) e 50,00 m (cinquenta metros) e entre 20 (vinte) e 50 (cinquenta) unidades residenciais;
- III - 9,00 m (nove metros), sendo 1,50 m (um metro e cinquenta) de passeio para cada lado do corredor e 6,00 m (seis metros) de pista de rolamento, para extensão maior que 50,00 m (cinquenta metros) e mais de 50 (cinquenta) unidades residenciais.

§ 3º Quando o corredor não tiver saída nas duas extremidades deverá ser previsto um bolsão de retorno com diâmetro mínimo de 12,00 m (doze metros).

§ 4º As edificações deverão estar recuadas do alinhamento do corredor de acesso em, no mínimo 3,00 (três metros).

Seção IV Das Edificações em Madeira

Art. 156. Na execução de edificações com estrutura em madeira será exigido:

- I - Afastamento mínimo lateral de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- II - Pé direito igual ou superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- III - O máximo de 2 (dois) pavimentos, e edificações unifamiliares.

Seção V Das Edificações de Habitações Populares

Art. 157. As edificações residenciais com área máxima de 70,00 m² (setenta metros quadrados) terão aprovação dentro das seguintes condições:

- I - os compartimentos obedecerão à tabela que segue:

DESCRIÇÃO	ÁREA MÍNIMA (m ²)	DIMENSÃO MÍNIMA(m)	PÉ DIREITO MÍNIMO(m)	VÃO DE ACESSO MÍNIMO(m)
Dormitório 1	7,00	2,50	2,60	0,80
Dormitório 2/+	6,00	2,20	2,60.	0,80
Sala	5,00	2,00	2,60.	0,80
Cozinha	4,00	1,50	2,40	0,70
Sanitário	2,00	1,20	2,20	0,60



CAPÍTULO III DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 158. A edificação de uso comercial em geral, observará além do que dispõe a Legislação Municipal, mais o que segue no mínimo:

I - Deverá o compartimento de uso comercial específico ser executado com o pé direito mínimo:

- a) de 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) quando sua área não exceder a 50,00 m² (cinquenta metros quadrados);
- b) de 3,00 m (três metros) quando a área do compartimento for superior a 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) e igual ou inferior a 100,00 m² (cem metros quadrados);
- c) de 3,20 m (três metros e vinte centímetros) quando a área do compartimento for superior a 100,00 m² (cem metros quadrados) e igual ou inferior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);
- d) de 3,60 m (três metros e sessenta centímetros) quando o compartimento exceder a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados).

II - Deverá ter os demais compartimentos com o pé direito mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);

III - O compartimento de uso comercial específico deverá ter uma área superficial mínima de 30,00 m² (trinta metros quadrados) em zona comercial, e de 20,00 m² (vinte metros quadrados) em outras zonas de uso permissíveis;

IV - As portas de acesso geral terão a sua largura dimensionada em função da soma das áreas dos compartimentos, em obediência às seguintes proporções:

- a) para uma área de até 1.000 m² (mil metros quadrados), uma largura de 1,00 m (um metro) de porta para cada 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados) de área com uma largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);
- b) para uma área superior a 1.000 m² (mil metros quadrados) e igual ou inferior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados), uma largura de 1,00 m (um metro) de porta para cada 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), com uma largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) para uma área superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) uma largura de 1,00 m (um metro) de porta para cada 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) de área, com uma largura mínima de 4,00 m (quatro metros);

V - Deverá ter um vão para ventilação e iluminação com uma área no mínimo de 1/10 (um décimo) da área do piso;

VI - No pavimento de área igual ou superior a 200,00 m² (duzentos metros quadrados) deverá ser executado compartimento sanitário separado para cada sexo, na proporção de um conjunto sanitário para cada 20 (vinte) pessoas ou fração da população potencialmente utilizadora da área do pavimento, calculado à razão de uma pessoa por 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) de área, sendo obrigatoriamente uma unidade PNE por conjunto;

VII - Ter quando com área inferior a 200,00 m² (duzentos metros quadrados) no mínimo um gabinete sanitário (conjunto de 01 vaso e 01 lavatório).



Art. 159. A edificação de uso comercial constituída de múltiplos departamentos, distribuídos por mais de um pavimento, observará, na sua execução, além do previsto na legislação municipal, o que segue no mínimo:

I - A execução da escada principal deverá ser dimensionada em função da soma das áreas de dois pavimentos consecutivos, obedecendo às seguintes larguras mínimas:

- a) de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para cada área de até 500,00 m² (quinhentos metros quadrados);
- b) de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para uma área de igual ou superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados) e igual ou inferior a 1.000 m² (mil metros quadrados);
- c) de 2,00 m (dois metros) para uma área superior a 1.000 m² (mil metros quadrados).

Art. 160. As sobrelojas, quando houver, deverão ter pé direito no mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) e possuir acesso exclusivo pela loja.

Art. 161. Os bares, cafés, restaurantes, confeitarias e estabelecimentos congêneres, além das exigências do artigo 158 e incisos que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I - Ter a cozinha, copa, despensa e depósito com piso e paredes até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), revestidas com material liso, resistente, lavável e impermeável.
- II - Ter sanitários acessíveis conforme NBR 9050 em uma unidade por sexo, independente de área, e sanitários não acessíveis na proporção de um conjunto para cada 20 (vinte) pessoas, sendo considerado a população de uma pessoa por 15 m² (quinze metros quadrados).

Art. 162. Os mercados, supermercados, fiambrias, leiterias e congêneres deverão ainda:

- I - Ter compartimentos para administração e fiscalização;
- II - Ter entrada e estacionamento especial para carga e descarga de mercadorias;
- III - No caso de mercadorias, terem bancas com área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados) com dimensão mínima de 2,00 m (dois metros). As bancas deverão ter piso, balcões e paredes, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) revestidos de material impermeável e serem dotados de torneiras e ralos.
- IV - Ter sanitários, separados para cada sexo, tendo pelo menos um conjunto acessível, conforme NBR 9050, para cada sexo, na seguinte proporção:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso 1/100 m ²	Vaso 1/80 m ²
Lavatório 1/100 m ²	Lavatório 1/80 m ²
Mictório 1/80 m ² ;	



V - Ter chuveiros na proporção de 01 (um) para cada sexo, para cada 10 (dez) funcionários;

VI - Ter os pisos revestidos com material liso, impermeável assim como as paredes até a altura de 2,00 m (dois metros).

Art. 163. Os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres, além das exigências do artigo 158 e incisos que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter o piso revestido com material liso, resistente, impermeável e lavável;

II - Ter as paredes revestidas até o teto com azulejos ou material equivalente;

III - Ter ralos na proporção de 1 (um) para cada quarenta metros quadrados (40,00 m²) de área de piso ou fração;

IV - Ter chuveiros na proporção de 1 (um) para cada 15 (quinze) empregados ou fração;

V - Ter assegurada incomunicabilidade direta com compartimentos destinados à habitação e com sanitários;

VI - Ter lavatório no acesso do compartimento de serviço.

Art. 164. As farmácias além das exigências do artigo 158 e incisos que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter um compartimento destinado a guarda de drogas e aviamentos de receitas, devendo o mesmo possuir o piso e as paredes até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) revestidos com material liso, resistente, impermeável e lavável;

II - Ter os compartimentos para curativos e aplicação de injeções, quando houver, com o piso e as paredes até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) revestidas com material liso, resistente, impermeável e lavável.

Art. 165. As barbearias e institutos de beleza, além das exigências do artigo 158 e incisos que lhes forem aplicáveis deverão ter os pisos e as paredes até a altura de 2,00 m (dois metros) revestidas com material liso, resistente, impermeável e lavável.

Parágrafo único. Quando as barbearias e institutos de beleza se localizarem em pavimentos que não o térreo, poderá ser tolerado o pé direito mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 166. As edificações de galerias destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional, além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter, no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência;

II - Ter, no hall de entrada, local destinado a instalação de portaria, quando a edificação constar de mais de 20 (vinte) salas ou conjuntos;

III - Ter as salas com pé direito mínimo de 3,00 (três metros);

IV - Ter em cada unidade no mínimo um gabinete sanitário (composto de 1 lavatório e 1 vaso);

V - Banheiros coletivos em uma unidade acessível para cada sexo até 200 m² (duzentos metros quadrados) de área. A partir de 200 m² (duzentos metros quadrados) na proporção de uma unidade para cada 20 (vinte) pessoas, sendo uma pessoa para cada 25 m² (vinte e cinco metros quadrados), destes devendo ser um terço acessível;



VI - Deverão possuir área mínima de 20,00 m² (vinte metros quadrados).

CAPÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO USO INDUSTRIAL

Art. 167. Fica incluída no que prescreve esta seção as oficinas mecânicas em geral.

Art. 168. As edificações destinadas a indústrias e oficinas mecânicas além das disposições desse código que lhe forem aplicáveis deverão:

- I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e sustentação da cobertura;
- II - Ter as paredes confinantes, do tipo corta fogo, elevadas um metro (1,00 m) acima da calha, quando construídas na divisa do lote;
- III - Ter pé direito mínimo de 4,00 m (quatro metros) quando com área superior a 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), de 3,50 (três metros e cinquenta centímetros) para edificações de 100,00 m² (cem metros quadrados) à 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e de 3,00 m (três metros) quando com área igual ou inferior a 100,00 m² (cem metros quadrados);
- IV - Ter, nos locais de trabalho, vãos de iluminação natural com área não inferior a 1/10 (um décimo) da superfície do piso, admitindo-se para este efeito, iluminação por meio de lanternas ou sheds;
- V - Ter instalações sanitárias separadas por sexo na seguinte proporção:
 - a) Até 60 (sessenta) operários - um conjunto de vaso sanitário, lavatório, chuveiro (e mictório quando masculino) para cada grupo de 20 (vinte);
 - b) Acima de 60 (sessenta) operários - um conjunto de vaso sanitário, lavatório, chuveiro e (mictório quando masculino) para cada grupo de 30 (trinta);
 - c) As oficinas mecânicas ficam isentas dessa obrigatoriedade, ficando obrigadas, no entanto a possuir no mínimo 01 (um) gabinete sanitário (composto de 01 vaso e 01 lavatório);
- VI - Ter um banheiro acessível unissex para uso do público;
- VII - Ter vestiário separado por sexo, com exceção das oficinas mecânicas;
- VIII - Ter compartimentos destinados a manipulação ou depósito de inflamáveis de acordo com as determinações relativas a inflamáveis, deste Código e do Código de Posturas.
- IX - Ter parque de estacionamento com número de vagas correspondentes a 01 (uma) para cada 200,00 m² (duzentos metros quadrados) de área construída, destas 10% destinadas para PNE;
- X - Ter pátio privativo para carga e descarga de mercadorias.

Art. 169. As fábricas de produtos alimentícios e de medicamentos deverão, ainda:

- I - Ter todas as paredes revestidas até o teto com azulejo ou material de impermeabilização equivalente;
- II - Ter o piso impermeável, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado;
- III - Ter os vãos de ventilação telados milimetricamente;



IV - Ter assegurada a incomunicabilidade direta com compartimentos sanitários ou de habitação.

Art. 170. As fábricas de explosivos deverão, ainda:

- I - Ter cobertura incombustível com estrutura metálica;
- II - Ter piso incombustível;
- III - Ser dotadas de para-raios.

CAPÍTULO V DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Art. 171. As edificações destinadas ao abastecimento de veículos deverão:

- I - Serem construídas com material incombustível, tolerando-se madeira ou outro material nas esquadrias;
- II - Ter instalações sanitárias, franqueadas ao público, constante de vaso sanitário, mictório e lavatório, para ambos os sexos conforme NBR 9050;
- III - Ter no mínimo, um chuveiro para os funcionários;
- IV - Ter muros de divisa com altura de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) nas áreas utilizadas pelo empreendimento;
- V - Ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com o previsto pelas normas da ABNT, e do Corpo de Bombeiros.

Art. 172. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00 m (quatro metros) das divisas, deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nestas divisas.

Art. 173. Os equipamentos para abastecimento deverão atender às seguintes condições:

- I - As colunas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00 m (seis metros) dos alinhamentos e afastadas, no mínimo, 7,00 m (sete metros) e 12,00 m (doze metros) das divisas laterais e de fundo respectivamente;
- II - Os reservatórios serão subterrâneos, hermeticamente fechados e com capacidade máxima de 20.000 (vinte mil) litros devendo ainda distar, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de quaisquer paredes da edificação.

Art. 174. Será permitida a instalação de bombas para abastecimento em estabelecimentos comerciais, industriais, empresas de transporte e entidades públicas, somente para uso privativo, devendo o respectivo equipamento atender às seguintes condições:

- I - As colunas deverão ficar afastadas no mínimo 20,00 m (vinte metros) dos alinhamentos e afastadas no mínimo 7,00 m (sete metros) e 12,00 m (doze metros) das divisas laterais e de fundos respectivamente, e de dois metros (2,00 m) das paredes de alvenaria;
- II - Os reservatórios deverão distar no mínimo 4,00 m (quatro metros) de quaisquer paredes, sendo sua capacidade máxima de 5.000 (cinco mil) litros. Excepcionalmente,



se devidamente comprovada e justificada a necessidade, será autorizada a instalação de reservatório de até 20.000 (vinte mil) litros;

III - Deverá ter um raio de 100 m (cem metros) de distância, no mínimo, de escolas. A distância será medida entre o ponto de instalação do reservatório de combustível e o terreno da escola.

Parágrafo único. A consulta prévia para instalação deverá ser acompanhada de planta de localização dos aparelhos em escala conveniente e licenciamento ambiental.

CAPÍTULO VI

DA EDIFICAÇÃO DESTINADA A GUARDA E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 175. A edificação destinada à guarda e estacionamento de veículos, será executada em obediência ao que dispõe esta Lei, especialmente no que segue:

I - Serem construídas de material incombustível tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível, nas esquadrias e estrutura da cobertura;

II - Ter pé direito livre mínimo de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) no local do estacionamento e mínima de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) na parte das oficinas, devendo as demais dependências obedecerem às disposições do presente Código;

III - Ter piso revestido com material resistente e impermeável;

IV - Ter as paredes dos locais de lavagens e lubrificação revestidas de material resistente, liso, lavável e impermeável;

V - Ter vãos de ventilação permanente com área no mínimo igual a 1/20, da superfície do piso. Será tolerada a ventilação através de poço de ventilação.

VI - Ter vão de entrada com largura mínima de 3,00 m (três metros), no mínimo 02 (dois) vãos, quando comporta mais de 50 (cinquenta) carros

VII - Ter rampas, quando houver, largura mínima de 3,00 (três metros) e declividade máxima de 20% (vinte por cento);

VIII - Ter o local de estacionamento situado de maneira a não sofrer interferência dos demais serviços;

IX - Ter os locais de estacionamento (box), para cada carro, com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), e área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados);

X - Ter instalação sanitária na proporção de um conjunto de vaso sanitário, lavatório, mictório e chuveiro para cada grupo de 10 (dez) pessoas ou fração, de permanência efetiva na garagem;

XI - Ter um banheiro acessível de acesso ao público;

XII - Ter instalação preventiva contra incêndio de acordo com o previsto pela ABNT e corpo de bombeiros;

XIII - Dispor de vaga PNE em proporção de 1/10 (um décimo) do total de vagas, devendo estas serem locadas em pavimento acessível.

Art. 176. Sob ou sobre garagens comerciais serão permitidas economias de uso industrial, comercial ou residencial, desde que as garagens não possuam instalações para abastecimento ou reparos de veículos;



Art. 177. As garagens comerciais com mais de 01 (um) pavimento (edifício garagem) com circulação por meio de rampas, além das exigências da presente seção que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I - Ter pé direito mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), no local do abastecimento;
- II - Ter as rampas com largura mínima de 3,00 m (três metros) e declividade máxima de 20% (vinte por cento);
- III - Ter circulação vertical independente, para os usuários, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- IV - Ter os serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento localizados obrigatoriamente no pavimento térreo.

CAPÍTULO VII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES

Art. 178. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres obedecerão às normas estabelecidas pela Secretaria da Saúde e normas da ABNT.

CAPÍTULO VIII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO USO EDUCACIONAL

Art. 179. Os estabelecimentos de ensino deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Obedecer às determinações da Secretaria da Educação;
- II - Ter locais de recreação descobertos e cobertos, quando para menores de 15 (quinze) anos, atendendo o seguinte:
 - a) local de recreação descoberto com área mínima de 02 (duas) vezes a soma da área das salas de aula, devendo os mesmos serem gramados ou pavimentados, com perfeita drenagem;
 - b) local de recreação coberto com área mínima igual a 1/3 (um terço) da soma da área das salas de aula;
- III - Ter instalações sanitárias, obedecendo às seguintes proporções mínimas, destas deverá ser previsto um sanitário acessível para cada sexo:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 01 para cada 50 alunos	Vaso: 01 para cada 20 alunas
Lavatório: 01 para cada 60 alunos	Lavatório: 01 para cada 40 alunas
Mictório: 01 para cada 30 alunos	

- IV - Ter bebedouro automático, de água filtrada;
- V - Ter chuveiro, quando houver vestiário para educação física.



Art. 180. As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Comprimento máximo de 10,00 m (dez metros);
- II - Pé direito mínimo de 3,00 m (três metros);
- III - Ter área equivalente a 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados) por aluno;
- IV - Possuir vãos que garantam a ventilação e iluminação, de pelo menos 1/3 (um terço) das superfícies do piso, e que permitam a iluminação natural mesmo quando fechados.

Art. 181. Os corredores deverão ter a largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e quando principais a largura de 2,00 m (dois metros).

Art. 182. As escadas deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Obedecer ao estabelecido na Tabela III (escadas), Art.72
- II - Possuir a mesma largura dos vãos a que der acesso;
- III - Não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol;
- IV - Possuir iluminação direta em cada pavimento.

Art. 183. As rampas deverão obedecer ao estabelecido nos artigos 77 e 79.

Art. 184. As escolas que possuam internatos, além das demais exigências do presente capítulo, deverão:

- I - Ter os dormitórios com área mínima de 7,00 m² (sete metros quadrados), 9,00 m² (nove metros quadrados) e 12,00 m² (doze metros quadrados), respectivamente para 1, 2 e 3 leitos e pé direito mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);
- II - Área acrescida de 4,00 m² (quatro metro quadrados) por leito, excedente a 3 (três), limitando-se a 80,00 m² (oitenta metros quadrados) e pé direito mínimo de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros);
- III - Ter instalações sanitárias privativas do internato, obedecendo as seguintes proporções, destas deverá ser previsto 01 (um) sanitário acessível para cada sexo:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 01 para cada 10 alunos	Vaso: 01 para cada 5 alunas
Lavatório: 01 para cada 10 alunos;	Lavatório: 01 para cada 10 alunas;
Mictório: 01 para cada 20 alunos	Chuveiro: 01 para cada 10 alunas.
Chuveiro: 01 para cada 10 alunos.	

- IV - Possuir bebedouro automático;
- V - Ter 01 (um) dormitório acessível para cada 100 (cem) alunos.

Art. 185. Nas escolas existentes, que não estejam de acordo com as exigências do presente Código, serão permitidas obras que impliquem em aumento de



capacidade de alunos, quando as partes a acrescentar não venham a agravar em suas condições gerais as partes já existentes.

CAPÍTULO IX DAS EDIFICAÇÕES DE USO ASSISTENCIAL

Art. 186. As edificações de uso assistencial à velhice, à infância, às indigentes, a estudantes, a trabalhadores e outros, sem regime pleno ou parcial de internato, será executada em obediência às normas da legislação vigente e dos órgãos específicos com patentes, além do que segue, no mínimo:

- I - Deverá conter compartimentos distintos para repouso, estar, alimentação, trabalho, recreação, tratamento e similar;
- II - Deverá ser executada integralmente, em alvenaria e sempre que contiver mais de um pavimento, seu piso será executado, com material compatível com as normas da ABNT;
- III - Deverá distar no mínimo a um raio de 100,00 m (cem metros) de indústrias pesadas, depósito de inflamáveis, rodovias e atividades produtoras de ruídos e poluição;
- IV - Fica vedada a execução de edificação de mais de 01 (um) pavimento, sem a implantação de elevador. A obra deverá estar adequada a NBR 9050;
- V - O compartimento destinado à ingestão de alimento deverá ser executado com uma área calculada na proporção de 1,00 m² (um metro quadrado) por pessoa da população destinada;
- VI - Deverá conter compartimento sanitário completo, em número equivalente a uma unidade para cada 10 (dez) pessoas da população estimada, para ambos os sexos; E no mínimo um conjunto adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais conforme NBR 9050;
- VII - A rampa, quando for exigida, ou quando for o caso, observará a NBR 9050.

CAPÍTULO X DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A LOCAIS DE REUNIÕES

Seção I Das Condições Gerais

Art. 187. São considerados locais de reuniões:

- I - Auditórios e salas de convenções;
- II - Cinemas;
- III - Circos;
- IV - Parques de diversões;
- V - Estádios;
- VI - Ginásio de Esportes;
- VII - Piscinas;
- VIII - Salões de exposições;
- IX - Teatros;
- X - Templos.

Art. 188. De modo geral, nos locais destinados ao uso público deverá ser previsto:



- I - Circulação de acesso e escoamento;
- II - Condições de perfeita visibilidade;
- III - Espaçamento entre filas e séries de assentos;
- IV - Locais de espera;
- V - Instalações sanitárias;
- VI - Lotação (fixação).

Art. 189. As circulações de acesso, em seus diferentes níveis, obedecerão às disposições deste Código.

§ 1º Quando o escoamento for feito através de galeria esta manterá uma largura mínima constante igual à soma das larguras das portas que para ela se abrem;

§ 2º Se a galeria a que se refere o parágrafo anterior tiver o comprimento superior a 30,00 m (trinta metros), a largura mínima deverá ser acrescida de 10% (dez por cento) para cada 10,00 m (dez metros) ou fração de excesso.

§ 3º Será previsto, em projeto, uma demonstração de independência das circulações de entrada e saída de público.

§ 4º As folhas das portas de saídas dos locais de reuniões, assim com as bilheteria, se houver não poderão abrir diretamente sobre os passeios dos logradouros.

§ 5º As folhas das portas de saída deverão abrir sempre para o exterior do recinto.

Subseção I

Dos Auditórios e Salas de Convenções

Art. 190. Os auditórios e salas de convenções deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível, apenas nas esquadrias, lambris, parapeitos, revestimento de piso, estrutura da cobertura e forro;
- II - Ter instalação sanitária para uso de ambos os sexos, devidamente separadas, com fácil acesso, sendo um conjunto para PNE, obedecendo às seguintes proporções:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 1/300	Vaso: 1/250
Lavatório: 1/250	Lavatório: 1/250;
Mictório: 1/150	

- III - Ter tratamento acústico adequado;
- IV - Ter perfeitas condições de visibilidade demonstrada em projeto;
- V - Ter instalação contra incêndio, de acordo com o estabelecimento neste Código e Normas do Corpo de Bombeiros.
- VI - Ter parque de estacionamento com 01 (uma) vaga para cada 200 m² (duzentos metros quadrados) de área construída;
- VII - Estar adequado de acordo com a NBR 9050;



Parágrafo único. Em auditórios e salas de convenções de estabelecimentos de ensino, poderá ser dispensada a exigência constante do inciso II deste artigo, havendo a possibilidade de uso dos sanitários existentes, nas mesmas condições.

Art. 191. As portas serão dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - Ter, no mínimo, a largura das circulações;
- II - Ter, as de saída, largura total (somados todos os vãos) correspondente a 0,01 m (um centímetro) por pessoa, não podendo cada porta ter menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de vão livre.

Art. 192. As circulações serão dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo ao seguinte:

- I - As circulações de acesso e escoamento devem ter completa independência, relativamente às edificações ou superpostas;
- II - As circulações de saída devem ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para até 150 (cento e cinquenta) pessoas, largura que será aumentada na razão de 0,01 m (um centímetro) por pessoa excedente;
- III - As circulações longitudinais em relação a saída devem ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e as transversais em relação a saída de 1,00 m (um metro) para até 100 (cem) pessoas, estas larguras serão aumentadas na razão de 0,01 m (um centímetro) por pessoa excedente.

Art. 193. As escadas serão dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo ao seguinte:

- I - Quando de escoamento, devem ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para até 100 (cem) pessoas, largura que será aumentada na razão de 0,01 m (um centímetro) por pessoa excedente;
- II - As demais dimensões deverão seguir a NBR 9050.

Art. 194. As poltronas deverão ser distribuídas em setores, separados por corredores, observando o seguinte:

- I - O número de poltronas em cada setor não poderá ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta);
- II - As filas dos setores centrais terão no máximo 16 (dezesesseis) poltronas;
- III - As filas dos setores laterais terão no máximo, 08 (oito) poltronas;
- IV - O espaçamento mínimo entre as filas de poltronas deverá ser:
 - a) 0,90 m (noventa centímetros) de encosto a encosto, para as poltronas fixas;
 - b) 0,85 m (oitenta e cinco centímetros) de encosto a encosto, para as móveis.

Art. 195. ~~As portas de saída terão inscrição "SAÍDA" sempre luminosa.~~



Art. 196. As cabines de projeção cinematográficas devem:

- I - Assegurar, por meio de sistema de exaustão ou condicionamento de ar, os índices de conforto térmico adotado pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho;
- II - Instalar exaustão direta sobre os projetores, que remova para o exterior da cabine os aerodispersóides tóxicos produzidos pelo arco voltaico;
- III - Ter área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados), com pé direito mínimo de 3,00 m (três metros);
- IV - Os aparelhos termogeradores tais como: dínamos, transformadores, resistências, geradores, deverão ser colocados em recinto anexo, fora das cabines.

Art. 197. Os cinemas deverão ter instalações de emergência para fornecimento de luz e força.

Subseção III **Dos Circos**

Art. 198. A armação e montagem de circos com cobertura ou não deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Haverá, obrigatoriamente, vão de entrada e saída independente;
- II - A largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00 m (três metros) cada uma;
- III - A largura das circulações será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00 m (dois metros);
- IV - A capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a duas pessoas sentadas por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;
- V - Os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- VI - Nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá pôr em perigo os funcionários e o público.

Art. 199. Os circos deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Terem afastamento mínimo de 80,00 m (oitenta metros) de escolas, bibliotecas, hospitais, casas de saúde, asilos e outras edificações de destino semelhante;
- II - Serem dotados de instalações preventivas contra incêndio, de acordo com a ABNT e Corpo de Bombeiros.

Art. 200. As licenças para instalação serão concedidas mediante requerimento acompanhado de indicação do local.

Parágrafo único. ART de montagem de estruturas metálicas, aterramento da estrutura, alvará dos bombeiros e ART de instalação elétrica.

Art. 201. Os circos não poderão ser franqueados ao público sem a vistoria do departamento competente.



Art. 202. Deverão ser dotados de instalações sanitárias para ambos os sexos, como segue:

- a) Se permanentes ou de longa estada - acima de 90 (noventa) dias - conforme disposto no artigo 190 item II;
- b) Se temporários - com 50% (cinquenta por cento) dos valores fixados no item anterior, com um mínimo de uma unidade completa para cada sexo.

Subseção IV Dos Parques de Diversão

Art. 203. A armação e montagem de parque de diversões deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - O material dos equipamentos será incombustível;
- II - Haverá, obrigatoriamente, vão de entrada e saída independentes;
- III - A soma total das larguras desses vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo ser inferior a 3,00 m (três metros) cada um;
- IV - A capacidade máxima de público, permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada à circulação;
- V - Os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- VI - Nenhum equipamento, ou instalação de qualquer ordem, poderá pôr em perigo os funcionários e público.

Art. 204. Os parques de diversões deverão ter afastamento mínimo de 80,00 m (oitenta metros) de escolas, bibliotecas, hospitais, casa de saúde, asilos e outras edificações de destino semelhante.

Parágrafo único. ART de montagem de estruturas metálicas, aterramento da estrutura, alvará dos bombeiros e ART de instalação elétrica.

Subseção V Dos Estádios

Art. 205. Os estádios deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de material combustível apenas nas esquadrias, parapeitos e revestimento de piso;
- II - Ter instalações sanitárias de uso público, com fácil acesso, para ambos os sexos, mais um conjunto PNE para cada sexo, nas seguintes proporções:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 1/300	Vaso: 1/250
Lavatório: 1/250	Lavatório: 1/250;
Mictório: 1/250	



III - Ter instalações sanitárias, para uso exclusivo dos atletas separado para dois times, obedecendo aos seguintes valores, por time, no mínimo:

- a) Vasos 5 (cinco)
- b) Lavatórios 5 (cinco)
- c) Mictórios 5 (cinco)
- d) Chuveiros 10 (dez)

IV - Terem vestiários separados com área mínima de 25 m² (vinte e cinco metros quadrados) cada um;

V - Ter parque de estacionamento, com número de vagas correspondentes a 1 (uma) para cada 50 (cinquenta) pessoas.

Art. 206. Os vãos de saída e as circulações serão dimensionadas de acordo com os artigos 191 e 192 da Subseção I, da Seção I, deste Capítulo, que diz respeito a auditório e salas de convenções.

Art. 207. Os assentos deverão ser distribuídos em setores, separados por corredores, observando o seguinte:

I - O número de assentos em cada setor não poderá ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta);

II - O número máximo de assentos em cada fila será 20 (vinte).

Subseção VI Do Ginásio de Esportes

Art. 208. Os ginásios de esportes deverão satisfazer as seguintes condições:

I - Ser de material combustível apenas nas esquadrias e parapeitos;

II - Ter instalações sanitárias para uso público, de fácil acesso, para ambos os sexos, e mais um conjunto PNE para cada sexo, nas seguintes proporções:

MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 1/300	Vaso: 1/250
Lavatório: 1/250	Lavatório: 1/250;
Mictório: 1/250	

III - Ter instalações sanitárias para uso exclusivo dos atletas, separadas por sexo, obedecendo aos seguintes mínimos:

MASCULINO	FEMININO
Vasos: 5 (cinco)	Vasos: 5 (cinco)
Lavatórios: 5 (cinco)	Lavatórios: 5 (cinco)



Mictórios: 5 (cinco)	Chuveiros: 5 (cinco)
Chuveiros: 5 (cinco)	

IV - Ter parque de estacionamento com capacidade correspondente a 01 (uma) vaga para cada 25 (vinte e cinco) pessoas.

Parágrafo único. Em ginásios de estabelecimentos de ensino e outros, poderão ser dispensadas as exigências dos incisos II e III deste artigo, uma vez havendo a possibilidade de uso dos sanitários existentes, em iguais condições.

Art. 209. As edificações destinadas a ginásio de esportes, além das disposições deste código, deverão ter superfície de ventilação no mínimo igual a 1/10 (um décimo) da área do piso, que poderá ser reduzida de 20% (vinte por cento) quando houver ventilação por processo mecânico.

Subseção VII **Das Piscinas**

Art. 210. As piscinas deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Ter as paredes e o fundo revestido com material impermeável;
- II - Ter as bordas acima do terreno circundante;
- III - Ter aparelhamento para tratamento e renovação d'água;
- IV - Impedir o refluxo das águas da piscina para a rede de abastecimento e, quando houver calhas, destas para o interior da piscina;
- V - Ter quando de uso público, compartimentos sanitários e vestiários para ambos os sexos, incluído banheiro PNE.

Parágrafo único. Nas piscinas que recebem continuamente água de boa qualidade e cuja renovação total se realize em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensados as exigências do inciso III deste artigo.

Subseção VIII **Dos Salões de Exposições**

Art. 211. Os salões de exposições deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de outros materiais nas esquadrias, lambris, parapeito, revestimento de piso, estrutura da cobertura e forro;
- II - Ter instalação sanitária, quando não for ambulante, para uso de ambos os sexos, devidamente separadas com fácil acesso, e mais um conjunto PNE para cada sexo, obedecendo as seguintes proporções:



MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 1/300	Vaso: 1/250
Lavatório: 1/250	Lavatório: 1/250;
Mictório: 1/150	

Parágrafo único. Em salões de exposições de estabelecimentos de ensino ou outro, poderá ser dispensada a exigência do inciso II deste artigo, havendo a possibilidade de uso dos sanitários existentes, em iguais condições.

Subseção IX **Dos Teatros**

Art. 212. Os teatros deverão satisfazer o estabelecido na Subseção I, na Seção I deste Capítulo, no que diz respeito a auditórios e salas de convenções.

Art. 213. Os teatros deverão ainda:

- I - Ter sala de espera com área mínima proporcional a 0,20 m² (vinte centímetros quadrados) por pessoa, considerando a lotação máxima;
- II - Ter compartimento destinado a depósito de cenários, guarda-roupas e decoração, não podendo ser localizado sob o palco;
- III - Ter instalação de emergência para fornecimento de luz e força;
- IV - Ter camarins com instalações sanitárias privativas e uma área mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados);
- V - Ter acesso de artistas, direto ao exterior independente do destinado ao público;
- VI - O piso deverá ter inclinação de 3% (três por cento), pelo menos;
- VII - Deverá ter tratamento acústico nas paredes internas;
- VIII - Os projetos arquitetônicos deverão ser acompanhados de detalhes explicativos de distribuição de poltronas, localizações, visibilidade e das instalações elétricas e mecânicas de ventilação e ar condicionado;
- IX - Possuir instalação de equipamentos que permita a renovação e circulação do ar;
- X - Todas as instalações devem prever as condições de acessibilidade da NBR 9050.

Subseção X **Dos Templos**

Art. 214. Os templos deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de outros materiais nas esquadrias, lambris, parapeito, revestimento de piso, estrutura da cobertura e forro;
- II - Ter as portas e circulações de acordo com os artigos 191 e 192 da Subseção I, da Seção I, deste Capítulo.
- III - Ter instalações sanitárias, para uso de ambos os sexos, devidamente separadas, obedecendo às seguintes proporções mínimas:



MASCULINO:	FEMININO:
Vaso: 1/300	Vaso: 1/250
Lavatório: 1/250	Lavatório: 1/250;
Mictório: 1/150	

CAPÍTULO XI DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A ARMAZÉNS E DEPÓSITOS

Art. 215. Os armazéns e depósitos em geral deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - Serem construídos de material incombustível, tolerando-se o emprego de outro tipo de material apenas nas esquadrias, forro e estrutura da cobertura;
- II - Ter piso revestido com material adequado ao fim a que se destina;
- III - Ter instalação contra incêndio;
- IV - Ter acesso e estacionamento de carga e descarga no interior do lote;
- V - Ter abertura de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 (um vinte avos) da superfície do piso;
- VI - Ter, no mínimo, um conjunto sanitário composto de vaso sanitário e lavatório acessível conforme NBR 9050 de acesso ao público, e um chuveiro de uso dos funcionários.

Art. 216. Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ainda, satisfazer as seguintes condições:

- I - Ter as portas de comunicação tipo corta fogo e dotadas de dispositivos de fechamento automático;
- II - Ter as soleiras das portas internas de material incombustível e com 0,15 m (quinze centímetros) de altura acima do piso;
- III - Ter ventilação mediante abertura ao nível do piso em oposição a portas e janelas quando o produto armazenado puder ocasionar a produção de vapores;
- IV - Ter instalação elétrica blindada devendo os focos de luz ser providos de globos impermeáveis ao gás e protegidos com tela metálica;
- V - Ter afastamento mínimo de 10,00 (dez metros) da divisa do lote;
- VI - Ter o piso protegido por uma camada de concreto com declividade suficiente para o recolhimento do líquido armazenado a um ralo;
- VII - Ter instalações contra incêndio;
- VIII - Deverá ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 (um vinte avos) da superfície do piso pronto;
- IX - O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo de inflamável, a natureza, a capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todos os aparelhamento ou maquinaria a ser empregado na instalação;
- X - Possuir instalação de para raios;
- XI - Apresentar aprovação do CBMSC e demais órgãos competentes.



Art. 217. São considerados como inflamáveis, para os efeitos da presente Lei, os líquidos que tenham seu ponto de fulgor abaixo de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidades que possam inflamar-se ao contato de chama ou centelha.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, fábricas de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte que estejam instalados.

Art. 218. A edificação de uso para explosivos será executada em obediência às normas da legislação municipal, dos órgãos específicos, além das disposições a seguir, no mínimo:

- I - Os pedidos de aprovação para projetos de construção de depósitos de explosivos ficam condicionados a permissão prévia do Ministério do Exército, cuja autorização deverá fazer parte integrante do processo;
- II - Deverá ter a execução dos pavilhões com um afastamento mínimo de 50 m (cinquenta metros) entre si e das divisas do lote;
- III - Deverá ter paredes, forro, cobertura e respectivo vigamento, construídos com material incombustível;
- IV - Deverá ter o piso resistente e impermeabilizado;
- V - Deverá ter os vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 (um vinte avos) da superfície do piso;
- VI - Deverá possuir instalação de para raios;
- VII - Deverá ter instalação preventiva contra incêndio e de acordo com o que dispuser a ABNT e o Corpo de Bombeiros.
- VIII - Deverá ser levantado, na área de isolamento, merlão de terra de 2,00 m (dois metros) de altura, no mínimo, onde serão plantadas árvores para a formação de uma cortina florestal de proteção.
- IX - Fica vedada a instalação de redes elétricas no interior ou sobre os depósitos de explosivos;
- X - Possuir instalações próprias de para-raios.

CAPÍTULO XII

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A SEDE DE ASSOCIAÇÕES RECREATIVA, DESPORTIVA, CULTURAL E CONGÊNERES

Art. 219. As instalações sanitárias deverão obedecer ao disposto no Inciso II, do Artigo 190, da Subseção I, da Seção I, do Capítulo X.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220. A numeração de qualquer prédio ou Unidade Residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. É obrigação do proprietário a colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.



Art. 221. Os edifícios públicos e comerciais deverão possuir condições técnicas-construtivas que assegurem utilização aos deficientes físicos.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 222. As disposições de caráter especial deste Código prevalecem sempre às prescrições de caráter geral.

Art. 223. As normas prescritas neste Código que se relacionam com especificações de materiais, procuram um mínimo de características, que atendam as diferenciadas condições de uso e aplicação. Os materiais por ventura citados, especificamente, poderão ser substituídos por outros de características técnicas equivalentes, acompanhando o progresso tecnológico.

Art. 224. Caso seja extinta a UFRM, as multas ficarão vinculadas de acordo com a nova Legislação Municipal.

Art. 225. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC ___ de _____ de 2020

PREFEITO MUNICIPAL



**PROCEDIMENTOS
PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO
DE PROJETOS**

ANEXO I

PROCEDIMENTOS GERAIS

1.1 Encaminhamento de Projetos para Análise e Aprovação Setor de Engenharia e Arquitetura

1.1.1 Documentação Necessária

- Consulta prévia emitida pela Prefeitura Municipal de Guatambu;
- Requerimento à Prefeitura Municipal Solicitando a Aprovação do Projeto e Alvará de construção;
- Plantas da obra, em três vias dos projetos arquitetônico e de instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas;
- Memorial descritivo do projeto arquitetônico, hidro sanitário e elétrico em três vias;
- Termo de compromisso assinado pelo profissional responsável pelo projeto afirmando que o lote não encontra-se em área de preservação permanente.
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de projeto e execução, do profissional responsável pelo projeto com o selo do CREA/CAU e quitada.
- Matrícula atualizada do terreno onde será edificada a obra;

Observação: Em relação a matrícula, caso o projeto esteja em nome diferente do proprietário do lote escriturado ou o lote seja de sócios, encaminhar documento em nome da pessoa mencionada como proprietária na escritura, assinado pela mesma e registrado em cartório, manifestando que o mesmo está ciente da edificação a ser construída.

- Em caso de Projeto de edificação para fins Comerciais ou Industriais, ou multifamiliares quando aplicável, deverá ser apresentado atestado de aprovação do Projeto Preventivo de Incêndio, conforme normas do Corpo de Bombeiros.
- Licença Ambiental de Instalação (LAI) – para projetos de indústrias em geral, comércios do tipo varejista ou atacadista, depósitos, postos de combustíveis e antenas de celulares;
- Em caso de projetos de ampliação, regularização, regularização de ampliação, ou mesmo na existência de outras edificações sobre o lote a ser edificado, deverá ser apresentado projeto das edificações existentes, devidamente aprovadas pelos órgãos competentes, ou na inexistência deste, deverá ser realizada a regularização da edificação.

Observação: Para projetos de regularização deverá ser encaminhada 03 vias do projeto arquitetônico, laudo técnico falando das condições da edificação e das instalações (elétrico e hidro sanitário), ART de regularização, além de todas as outras documentações que forem necessárias de acordo com o tipo de obra.

- Ainda com relação a projetos de Reforma ou Ampliações, indicações de paredes deverão estar diferenciadas, com cores ou traçados diferentes e com uma legenda de identificação.



- Antes do encaminhamento de projetos para Análise e Aprovação ao Setor de Engenharia da AMOSC, deverá ser feita uma conferência por funcionário da Prefeitura Municipal quanto a existência dos documentos mínimos exigidos para a análise, conforme documentação acima.
- Estando o projeto completo, com todas os documentos acima descritos, poderá ser enviado ao Setor de Engenharia da Prefeitura de Guatambu, para análise e aprovação.

1.1.2 Consulta Prévia

- Solicitar consulta prévia, apresentando REQUERIMENTO e MATRÍCULA ATUALIZADA DO IMÓVEL. Requerimento contendo área estimada, tipo de material, tipo de obra, número de pavimentos, ocupação

1.1.3 Aprovação de Projetos

Para a aprovação dos projetos de Edificações pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Guatambu, os mesmos deverão estar de acordo com os seguintes itens:

a) Com relação ao Projeto Arquitetônico:

- Os responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos deverão seguir as diretrizes do código de obras do município.
- Todas as plantas deverão apresentar indicação das escalas de desenho;

b) com relação aos demais documentos:

- Todas as plantas deverão apresentar nome e assinatura do Profissional Responsável;
- Todas as plantas deverão apresentar nome e assinatura do Proprietário do Projeto, que deverá ser o mesmo indicado em matrícula como sendo o Proprietário do lote a ser edificado; Senão deverá encaminhar documento registrado em cartório com os dados do lote e manifestando o conhecimento da referida edificação em seu terreno.
- Na Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/RRT, deverá constar todas as atividades que são de responsabilidade do Profissional idealizador dos projetos; a mesma deverá estar quitada e com o selo do CREA/CAU.

Cabe também ressaltar que não serão aprovados projetos de edificação cuja construção abranger mais de um lote sem antes ser realizada a unificação dos mesmos.

Após a aprovação dos projetos à Prefeitura Municipal, deverá reter uma das cópias para seu arquivo, disponibilizando as demais ao Responsável Técnico ou Proprietário.



Para emissão de alvará de construção de construção, deverá ser encaminhada ART/RRT de execução do profissional responsável e requerimento. Estes documentos poderão ser encaminhados juntos a análise do projeto.

Após a conclusão da obra, o proprietário deverá encaminhar requerimento e alvará de construção solicitando vistoria de HABITE-SE.

A partir da emissão do ATESTADO DE VISTORIA APROVADO, será emitido ALVARÁ DE HABITE-SE.